



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, MULHERES NEGRAS E LUTAS
ANTIMANICOMIAIS: QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA?**

JULIANA DE FREITAS TIBURCIO

Rio de Janeiro

2024



UFRJ

**A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, MULHERES NEGRAS E LUTAS
ANTIMANICOMIAIS: QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA?**

JULIANA DE FREITAS TIBURCIO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço
Social da Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr Cibele Henriques

Rio de Janeiro
2024

JULIANA DE FREITAS TIBURCIO

**A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, MULHERES NEGRAS E LUTAS
ANTIMANICOMIAIS: QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA?**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço
Social da Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social.

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr^a Cibele Henriques - ESS/UFRJ

Orientadora

Prof.^a. Dr^a. Mirella Rocha - ESS/UFRJ

Prof. Dr^a. Fernanda Barros dos Santos- NEPP-
DH/UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
 Escola de Serviço Social - ESS

ATA- BANCA EXAMINADORA
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Estudante (NOME COMPLETO): JULIANA DE FREITAS TIBÚRCIO DRE: 119162844

Título do TCC: A Formação social Branca, mulheres negras e lutas anti manicomiais: quem cuida de quem cuida?

Composição da banca

Presidente da banca/orientador(a): CIBELE DA SILVA HENRIQUES

Assinatura: *Cibele da Silva Henriques*

Membro da banca: FERNANDA BARROS DOS SANTOS

Assinatura: *Fernanda Barros dos Santos*

Membro da banca: MIRELLA FARIAS ROCHA

Assinatura: *Mirella Farias Rocha*

Parecer: APROVADO*

APROVAÇÃO CONDICIONADA**

REPROVADO***

Data de realização da banca: 03/07/2024

- * RECOMENDA PUBLICAÇÃO NA BASE PANTHEON REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFRJ? (X) SIM () NÃO
- ** Em caso de "aprovação condicionada", pontue as indicações da banca para o TCC, em parecer.
- *** Em caso de "reprovação" pontue as indicações da banca para o TCC e indique uma nova data para a realização de nova banca, em parecer.

OBSERVAÇÕES: Recomenda a publicação no pantheon com laudos



AGRADECIMENTOS

Desde de 2018, eu tinha o serviço social como uma das minhas opções para me inserir na carreira universitária, diante de outras tentativas, acabei entrando no pré-vestibular de Piabetá na baixada fluminense onde aprendi muito, e agradeço aos amigos em especial Bia e Bárbara por nós articularmos e nos ajudarmos mutuamente, também agradeço a professora Viviane que me deu aulas particulares e foi fundamental para a minha aprovação na UFRJ.

Também agradeço aos meus amigos que me apoiam desde a época da escola, em especial agradeço a Rayssa e a Gabrielle por sempre estarem dando dicas e conselhos, pois já haviam iniciado a vida acadêmica, e me ajudarem constantemente durante o processo da minha formação, não somente no que se referia a vida acadêmica, como também como grandes amigas em anseios e adversidades pessoais.

Agradeço a minha mãe Ivone e ao meu pai Pedro, que desde de minha infância me ensinaram o valor da educação e sempre me agraciaram com afetos e incentivos, meu pai sempre foi minha grande referência e inspiração, como o primeiro de sua família a entrar na faculdade e a perseguir uma carreira no serviço público me mostrou de forma prática e sensível os caminhos que temos que percorrer até nossos sonhos. Agradeço também a Deus e aos meus guias por não me abandonarem nos meus piores momentos, principalmente após a perda do meu pai.

Agradeço as pessoas que passaram na minha vida e fizeram parte da minha convivência e rotina diária, após passar na faculdade em 2019, e ter que me mudar para a Ilha do Fundão na UFRJ, local que se tornou minha segunda casa. Passamos muitas coisas juntas, mas felizmente seguimos melhores, em especial um agradecimento a minha amiga/irmã Amanda, que foi minha confidente, companheira de república por anos e também colega de curso, sem ela toda a trajetória da faculdade e de vida seriam diferentes num sentindo não tão positivo.

Agradeço a todos aos amigos que fiz durante a graduação, parte essencial de todo processo tamanho foram os aprendizados que aprendemos juntos, desde o primeiro período nos juntamos e não nos largamos e nesse momento encerramos o

ciclo da mesma forma que começamos, juntos: Tássia, Gabriel, Thaslayne, Rodrigo e Amanda a vocês o meu eterno afeto.

Agradeço a todos os professores que foram fundamentais durante minha passagem no curso de serviço social e me inspiraram a continuar seguido e tendo certeza da carreira que escolhi, como Mably, Marina, Daniel, Marildo, Rachel, Alessandra, Lilian e Gracyelle.

Em especial agradeço a minha orientadora Cibele que tive oportunidade de ter mais de uma disciplina com, com ela aprendi demasiadamente sobre questões sociais, a vida e também sobre o Serviço Social, agradeço também pela as trocas, os conselhos e as orientações, e além de tudo por sempre ter acreditando em mim na realização dessa pesquisa, mesmo eu tendo duvidado que conseguiria algumas vezes. Sigo agradecendo por ter tornando esse encerramento de ciclo mais leve e afetuoso.

Também agradeço em especial a minha banca Prof.^a Mirella e Prof.^a Fernanda Barros, ambas professoras lecionaram disciplinas que me colocaram em contato com os diversos autores que estão presentes nessa pesquisa, e o que fora aprendido durante a passagem do período me deu criticidade e percepção para dialogar com o tema que eu me propus a escrever. Agradeço novamente pela as aulas inspiradoras, pela as trocas e influência transformadora que se incidiu nesse processo de escrita.

Agradeço a minha supervisora de estágio Delma pelo o tempo e ensinamentos enquanto fui estagiária de serviço social na área de saúde mental, que sempre trazia criticidade para as situações que nos eram apresentadas, a ela minha admiração e inspiração pela a profissional que é.

Agradeço a coordenadora Daniela por me acolher no projeto de extensão mulheres cuidadoras, agradeço também a todas as mulheres cuidadoras inseridas nesse projeto que fizeram parte da minha trajetória trazendo ensinamentos além das vias acadêmicas, como de vida e transformando minha percepção sobre amor, carinho, afeto, solidariedade e amizade.

Em especial também agradeço os laços que se formaram durante esse projeto como Ana Clara, Mariana e Tássia, nós apoiamos mutuamente, além de também serem parte essencial do meu entendimento do cuidado como potência e produção de vida em vida.

Com muito carinho e amor no coração, gratidão a todos.

“Cuidar de mim não é autoindulgência, é autopreservação, e isso é um ato de guerra política.”

Audre Lorde

RESUMO

TIBURCIO, Juliana de Freitas. **A formação social brasileira, mulheres negras e lutas antimanicomiais: quem cuida de quem cuida?** Rio de Janeiro, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O presente trabalho tem como principal objetivo desvelar a relação da formação social Brasileira e a produção do sofrimento psíquico para mulheres negras, bem como a construção do cuidado como um encargo e as resistências antimanicomiais na sociedade brasileira. Para tanto traçamos como objetivos específicos; refletir como o Colonialismo, o Escravismo e o Patriarcado são produtores de sofrimento psíquico para as mulheres negras na sociedade Brasileira; Analisar o processo de superexploração das mulheres negras como cuidadoras no Brasil; Promover o debate como o cuidado e o autocuidado são tecnologias ancestrais de construção da maternagem negra e desvelar como as mulheres negras sustentam a luta antimanicomial com o cuidado e autocuidado na sociedade Brasileira. A metodologia adotada para a apreensão dos objetivos explicitados foi através de uma pesquisa bibliográfica e documental com relatos qualitativos da experiência de estágio num hospital psiquiátrico e numa extensão universitária sobre o cuidado que se deu pela observação participante. Os achados da pesquisa foram de natureza qualitativa que além de abordarem sobre as potências das mulheres negras na construção do cuidado ancestral, também demonstraram em contrapartida as poucas iniciativas de promoção de cuidado e autocuidado para as mulheres negras no âmbito estatal, ficando sobre elas o encargo da tardia construção da política nacional de cuidados.

Palavras-chaves: Formação social Brasileira; Mulheres negras; Sofrimento psíquico; Luta antimanicomial.

LISTA DE SIGLAS

LBHM	Liga Brasileira de Higiene Mental
MTSM	Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
REME	Renovação Médica
UNE	União Nacional dos Estudantes
IAPS	Institutos de Aposentadoria e Pensão
CAPs	Caixas de Aposentadoria e Pensão
SUS	Sistema Unico de Saúde
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SRT	Serviços Residências Terapeuticas
CRAF	Central de Recepção de Adultos e Famílias
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
TEA	Transtorno do Espectro Autista
DRU	Desvinculação das Receitas da União
PVC	Programa de Volta pra Casa

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – Colonialismo, Escravismo e Patriarcado na formação Sócio-histórica Brasileira.....	15
1.1. Colonialismo e estratégias de proteção da população negra escravizada ...	16
1.2. As mulheres negras na formação sócio-histórica brasileira eo advendo do racismo científico	24
1.3. Capitalismo dependente, fundo público e a superexploração das mulheres negras enquanto cuidadoras na sociedade brasileira	29
1.4. O cuidado e o autocuidado enquanto tecnologia ancestral e a construção da maternagem	37
Capítulo 2 – A luta antimanicomial e mulheres negras: quem sustenta o cuidado e o autocuidado em liberdade?	44
2.1. A história da Psiquiatria no Brasil e o movimento higienista	45
2.2. Dona Ivone Lara e a potencialização do cuidado e autocuidado ancestral na reforma psiquiatra brasileira	51
2.3. A política de saúde mental e a construção do cuidado em liberdade, quem é que cuida?.....	55
2.4. O processo de invisibilização do trabalho do cuidado no bojo da luta antimanicomial	64
2.4.1. Rumo a Política Ncional de Cuidado e a promoção do autocuidado.....	70
Considerações Finais.....	75
Referências Bibliograficas	81

INTRODUÇÃO

*“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”
– Provérbio Africano.*

O presente trabalho de conclusão de curso dedica-se a estimular o debate a acerca da relação da formação social brasileira e refletir sobre a produção estrutural do sofrimento psíquico para as mulheres negras que sofrem com a compulsoriedade do trabalho do cuidado como um locus de sobrecarga em detrimento ao lugar de matripotência e projeto coletivo de comunidade, o qual se instalou com o escravismo que, por conseguinte descambou no capitalismo dependente com a estruturação da superexploração do trabalho de mulheres negras que sustentam a carga reprodutiva do cuidado na sociedade capitalista.

A discussão acerca da invisibilização desse trabalho doméstico não remunerado e do cuidado é um projeto de Estado e está inserida na divisão racial, sexual, de gênero, territorial do trabalho. Contudo, devo demarcar aqui que a racialização está na estrutura da constituição da sociedade capitalista. De acordo com Ferro e Thomé (2019) em *“Mulheres entre fronteiras”* as atividades de cuidado por muito tempo foram ignoradas como um projeto do Estado da área da política econômica. Logo, o Brasil foi estruturado com essa lógica – de amas de leite à cuidadoras.

Além disso, as mulheres que são pobres e negras são as que mais estão em posição de vulnerabilização referente esse trabalho, além de substituírem as mulheres brancas com maior renda de o realizarem, muitas vezes para proverem o sustento de sua família contraditoriamente abdicando do tempo necessário do cuidado para com seus próprios filhos, o que se agravava, principalmente durante e pós pandemia de Covid-19.

Um caso emblemático, é o caso Miguel, durante a pandemia em 2020 o trabalho doméstico foi considerado serviço essencial e diante disso, a mãe de Miguel que era uma mulher negra trabalhadora doméstica continuou exercendo seu trabalho, como as creches estavam fechadas devido ao COVID-19 ela o levou para o trabalho.

Localizado num prédio de luxo no centro de Recife, a mãe de Miguel tinha como patroa uma mulher branca, que naquele momento estava cuidando de suas unhas,

num momento específico em que a mãe de Miguel precisou cuidar dos cachorros da patroa, a mesma pediu para que a patroa tomasse conta do seu filho, o que a mesma não faz, o deixando desprotegido, o que culminou num infeliz fatal acidente com a criança que morrera por negligência.

Casos de superexploração e negligência para trabalhadoras domésticas e que exercem o cuidado são demasiados. E no que se refere ao cuidado em liberdade na saúde mental os casos são ainda mais complexos, como abordados por Passos (2017) em *“De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na Política de saúde mental brasileira”*

São nessas casas – denominadas de residências terapêuticas (RT) – que localizamos as cuidadoras ou trabalhadoras do care. As cuidadoras são as trabalhadoras que viabilizam o cuidado diário das pessoas em sofrimento psíquico, uma vez que a maioria dos moradores dessas casas estiveram internados longos anos em Hospitais psiquiátricos e demandam um suporte para lidarem com a vida. Essas trabalhadoras, na realidade do município do Rio de Janeiro, são mulheres negras, em formação e que pertencem às camadas subalternas (PASSOS, 2016). (Passos,2017, p.78)

Dessa forma, a construção desse tema veio a partir da vivência, enquanto mulher negra pertencente a classe trabalhadora, de família simples que por toda sua vida teve e tem mãe, tias e amigas em que algum momento da vida teve que se tornar mulheres cuidadoras, para dar conta das iniquidades sociais e raciais produzidas pelo Estado Brasileiro, cujas as mulheres negras são projetadas para dar conta do processo reprodutivo em detrimento da possibilidade de construção do cuidado como uma tecnologia ancestral de resistência das comunidades negras diaspóricas.

Adentrar na faculdade foi a realização de um sonho, e em minha trajetória anterior em muitos momentos fui descredibilizada e desmotivada, ainda que não soubesse que tais acontecimentos na época tinham raízes racistas, apesar disso, meu pai e minha mãe nunca deixaram de me incentivar.

Em serviço social, pude ter contato com questões pela primeira vez, agora com nomes e denominações técnicas que sempre observei em meu cotidiano. Durante minha graduação em um momento eu e minha mãe nos tornamos cuidadoras do meu pai, que infelizmente adoecera de forma tão repentina, e durante esse cuidado me vi adoecer e minha mãe também.

Durou meses e então em meio a pandemia, eu estava sem meu melhor amigo, não poderia não falar sobre isso porque a partir daí pude entender que qualquer mulher pode se tornar uma cuidadora, para se tornar basta está viva e ter alguém que ama de alguma forma dependente.

De certa forma, isso se enfatizou ainda mais no estágio realizado num hospital psiquiátrico, em que diversos casos sobre o adoecimento dos familiares dos pacientes eram observados, e assim percebi o quanto o exercício do autocuidado é dificultoso sem a viabilização de um cuidado coletivo, que rompa com esse lugar de construção da sobrecarga reprodutiva.

Com isso em mente, minha participação no projeto de extensão “*mulheres cuidadoras*” desde o início foi pensada como algo que seria parte desse trabalho de conclusão de curso. Indubitavelmente, como também faz parte do projeto acolher mulheres cuidadoras novamente me vi exercendo o cuidado, porém nesse contexto de forma mais leve, com saberes, musicalidade e apoio mútuo. Nesse espaço foi possível entender que além da imposição estrutural feminina do cuidado, ele também pode ser um lugar que pela coletivização da construção do cuidado e autocuidado pode ser um lugar de matripotência como aponta Cleonora Hudson (1993).

Dito isso, se explícita a importância da discussão do tema, ressaltando a inquietação em direcionar-se para saber de quem cuida de quem cuida? Para responder essa indagação, este trabalho tem como objetivo tenta desvelar a relação da formação social Brasileira e a produção estrutural do sofrimento psíquico para mulheres negras, bem como a compulsoriedade do encargo do cuidado e as resistências antimanicomiais na sociedade brasileira.

Assim sendo, buscamos refletir como o Colonialismo, o Escravismo e o Patriarcado são produtores de sofrimento psíquico para as mulheres negras na sociedade Brasileira, ademais também tentamos analisar o processo de superexploração das mulheres negras como cuidadoras no Brasil, e impulsionando a promoção do debate de como o cuidado e o autocuidado são tecnologias ancestrais de construção da maternagem negra. E investigando como as mulheres negras sustentam a luta antimanicomial com o cuidado e autocuidado na sociedade Brasileira.

Além disso, a metodologia adotada para o entendimento dos objetivos abordados foi através de uma pesquisa bibliográfica e documental com relatos qualitativos da experiência de estágio num hospital psiquiátrico e numa extensão

universitária sobre o cuidado que se deu pela observação participante que ocorreram em 2022, 2023 e 2024 da qual fui inserida após a Pandemia de Covid-19.

No capítulo I, intitulado “*Colonialismo, Escravismo e patriarcado na formação sócio-histórica Brasileira*” abordaremos sobre o colonialismo e estratégias de proteção da população negra escravizada, se utilizando de referências como: Quijano (2005), Mills (1997), Hooks(2019), Moura(2014), Henriques(2021), Costa(2020) Pimenta(1998), Gonzalez(2018), Giacomini(1988), Davis(1981) e Carraro e Rocha(2021). Para tanto, vislumbramos compreender o lugar das Mulheres negras na formação sócio histórica Brasileira e o advento do racismo científico, para retratar o papel da mulher negra como mãe preta nos utilizaremos de autores como: Gonzalez(2018), Socorro(2017), Giacomini (1988), Reis (2018) e Schwarz(1993).

Por conseguinte, estrutamos a elaboração do supracitado capítulo a partir do debate sobre o Capitalismo Dependente e a superexploração das mulheres negras a partir do projeto do Estado de compulsoriedade do cuidado na sociedade brasileira tendo como referências se utilizaremos de Marini (2017), Costa (2020), Costa (2021), Salvador(2010b), Behring(2010), Scheffer(2016), Kilomba (2019) e Passos (2020). Por fim, abordaremos o “cuidado e o autocuidado” enquanto tecnologia ancestral da construção da maternagem negra e da comunidade negra, destacamos uma percepção não ocidental no que se refere ao cuidado e como a população negra produziu em coletivo através da religião afro com mulheres negras em liderança potencialização e alternativas em meio a violência que culminam no adoecimento psíquico. Se utilizando de referências como Djata (2023), Fonseca (2021), Eleotério (2023), Theodoro (2019), Carraro e Rocha (2021) e Assis (1906).

No capítulo II, intitulado “A luta antimanicomial e mulheres negras: quem sustenta o cuidado e o autocuidado em liberdade? ” Refletimos sobre o processo de construção social e racial da invisibilização do trabalho do cuidado no bojo da luta antimanicomial, nos marcos progressistas. Para tanto, se utilizaremos de dados recolhidos de órgãos federais para traçar o perfil brasileiro inserido no trabalho doméstico e do cuidado, no qual também sustenta o cuidado em liberdade preconizado pela reforma psiquiátrica brasileira, a partir dessas referências, a saber: Assis (1979), Costa (1989), Passo (2017), Costa (2021), Passos (2018) e Lückmann e Rodrigues (2007), Santos e Ribeiro(2021), Scheffer (2016), Passos e Moraes (2021) Costa e Lotta (2021), Almeida(2019),Araújo e Joazeiro (2022), Gomes (2024) , além

de relatos de experiência participativa no projeto Mulheres Cuidadoras que me inseri em 2023.

Por fim, abordaremos sobre os rumos da Política Nacional de Cuidado e a promoção do Autocuidado tendo como referência o Cepal e ONU Mulheres (2021) e o GTI(2024), pontuando o momento atual de construção ativa para a realização dessa política que deve ser pensada para a diminuição das desigualdades raciais e sociais. Pois, *“quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”* (Davis,2017).

1. Colonialismo, Escravismo e Patriarcado na formação sócio-histórica Brasileira

“Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?...”

– Sojourner Truth, 1851.

No presente capítulo, temos como objetivo analisar o colonialismo e as dinâmicas impostas pelo escravismo trazido pelos europeus, que foram de enorme impacto para a construção sistemática da moralidade societária do ideal da branquitude acrítica¹ e patriarcal. Ademais, revisitamos as relações familiares sob o seio da mulher negra escravizada e seu papel enquanto “mãe”, também pontuando a emergência do capitalismo em terras brasileiras e sua lógica de distanciamento do cuidado coletivo em prol da individualização da função de forma genderificada, o impossibilitando e o tornando-o em um trabalho não remunerado. E para finalizarmos, em achado apresentamos o papel fundamental das mulheres negras enquanto posição de liderança nos terreiros e organização políticas da construção do cuidado e autocuidado da população negra, bem como para a viabilização da prática do cuidado enquanto potência em comunidade em oposição a individualização do conceito do cuidado no que tange a sociedade capitalista.

¹Ruth Frankenberg explica “a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”. (Frankenberg, 1999b, pp. 70-101, Piza, 2002, pp. 59-90).

1.1.Colonialismo e estratégias de autoproteção da população negra escravizada.

Quijano (2005), sintetiza que a colonização foi fundante para o processo de universalização dos ideais eurocêntricos difundidos pelo homem cisgênero, branco e heterossexual que se transmutou em relações de poder e dominação, as quais o estruturaram como racional e descobridor, enquanto colocava o “outro” como místico/animalizado do qual deveria ser moldado, expropriando dos povos não brancos sua cultura anterior, sua identidade e forma de ser. Na tentativa de aniquilação e dominação de uma cultura sobre a outra.

Mills (1997) aponta como tal processo foi estruturado, previamente, a partir da construção de um contrato racial estabelecido entre homens brancos detentores do poder e da razão. O referido autor faz uma crítica aos contratualistas² como Locke, Hobbes, Kant, Rousseau para enfatizar que suas ideias corroboram para a estruturação de um pacto social e racial de conservação dos privilégios.

Para compreender como se estruturou as relações sociais e raciais no capitalismo é necessário revisitar como o iluminismo se constitui como uma filosofia que funda a secularização do pensamento da razão e o direito natural, que se expressa no discurso da liberdade, igualdade, fraternidade, propriedade, segurança e a resistência à opressão, que não se mostrou capaz de promover essas garantias para os povos não brancos.

A utópica idealização de igualdade, era extremamente necessária para que ao se tornar uma pessoa jurídica, longe das amarras da servidão se fizesse a garantia do contrato social no sistema capitalista e essa universalização das relações tornando todos iguais era essencial para o acúmulo de capital, pois não existe contrato entre “diferentes”. Tal afirmação também se complementa em que em busca da razão a ruptura com os dogmas da igreja alcançando sua superação vista como progresso fossem concretizadas.

Entretanto, o que é indagado por Mills (1997) é de qual iguais que esse contrato social está falando? O homem/civil relatado não era os homens e mulheres das

² Para Mills (1997) os contratualistas eram intelectuais da filosofia que defendiam o contrato feito entre o homem e o Estado, sendo ele o “contrato social”, que ele entende como varios contratos em um.

colônias recém achadas e exploradas pelos europeus, para estes o tratamento é animalizado e dissociado da suposta civilidade e humanidade iluminista.

Diante dessa contestação, o contrato racial é um contrato que expressa os interesses da branquitude sobre os povos não brancos, que são para tidos como mercadorias e não organizadores do contrato. Logo, homens brancos já são parte da sociedade e são privilegiados por essa pactuação social e racial, mesmo que eles não tenham sido signatários. Portanto, a “liberdade”, “igualdade” e “fraternidade” era direcionada para o universal dos homens, esse universal tinha cor/raça e origem.

Em nome de ideologias da razão e superioridade étnica racial³, a construção de uma superioridade racial expressa no homem branco cisheteropatriarcal definiu a moralidade burguesa assentada no modelo patriarcal. Por isso, a crescente necessidade da pilhagem, dominação e usurpação culturas diferentes daquela em que viviam, e de forma bilateral tudo que era contrário à sua cultura designaram como “ruim”, “feio”, “contra Deus”. Fato que também fora propagado e justificado pela igreja.

Em virtude dos fatos mencionados, Mills (1997) alude que “*o mundo moderno foi, portanto, expressamente criado como um regime racialmente hierárquico, globalmente dominado por europeus*” (Mills, 1997, P. 62). Por isso, tudo que é relacionado ao padrão societário é referenciado para com os ideais europeus de vida, beleza, política, religião, cultura, etc. Um exemplo disso, é o próprio Brasil que foi uma colônia de 1530 a 1822, onde as populações originárias que já no Brasil habitavam antes mesmo do reconhecimento do Brasil enquanto colônia em 1530, foram escravizadas, apesar das resistências instituídas.

Ademais as populações negras trazidas por navios negreiros para o trabalho escravizado. De acordo com Hooks (2019), os primeiros navios que trouxeram escravizados, continham poucas mulheres africanas, contudo quando o comercio da população escravizada alavancou, foi o momento em que as mulheres africanas passaram a fazer parte de um terço da maior parte dos navios a bordo.

³ Raça/ Etnia: Estado e raça. Formação social e Divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento Social e raça/ etnia. Desigualdades étnico-raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sociodemográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e Políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico-raciais: avanços e desafios para o projeto ético-político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial” (ABEPSS, 2016).

Ainda assim, Hooks (2019) pontua a diferença de tratamento que as mulheres e os homens africanos sofriam. *“Os homens brancos escravagistas não olharam para as mulheres negras como uma ameaça, e por isso tão frequentemente a bordo dos navios de escravos as mulheres negras foram armazenadas sem serem algemadas”* (Hooks,2019, p.15). Enquanto para os homens negros os alocavam em correntes, para evitar possíveis revoltas.

Os escravagistas distanciavam os homens negros, e aproximavam as mulheres negras para que pudessem exercer uma brutalidade e exploração contra os corpos femininos negros sem que pudessem sofrer possíveis retaliações. Dessa forma, *“as mulheres negras escravizadas que se moviam livres no convés eram um alvo acabado para qualquer homem branco que podia escolher o abuso físico e torturá-las”* (Hooks,2019, p.16). Toda a experiência traumatizante inserida nesses navios foi também forma de controle e preparação do homem branco para o processo de escravização de um povo negro livre nas terras de colônias.

Uma parte importante do trabalho dos Escravagistas era efetivamente transformar a personalidade africana a bordo dos navios de tal modo que seriam vendidos como escravos “dóceis” nas colônias americanas. O orgulhoso, Arrogante e independente espírito do povo africano tinha de ser quebrado para que se conformassem à noção apropriada de comportamento escravo do colonizador branco. A destruição da dignidade humana foi crucial para a preparação do povo africano para o mercado de escravos, a remoção de nomes e status, a dispersão de grupos para que não existisse linguagem comum e a remoção de qualquer sinal visível de patrimônio africano. (Hooks,2019, p.16)

A escravização no Brasil apontada por Moura (2014), é demarcada por dois períodos distintos: o escravismo pleno, que ocorre numa fase ascendente 1550 até 1850, com a lei Eusébio de Queiroz que extingue o tráfico internacional de escravos. E o escravismo tardio, em uma fase descendente que inicia a partir da Lei Eusébio de Queiroz de 1850 até 1889 com o sancionamento da abolição da escravização, esse período é entendido como crise progressiva do processo de escravização.

Logo, o modo de produção escravista expressa as contradições entre as duas classes de senhores e escravizados. Os antagonismos sociais, econômicos e étnicos vivenciados na época expressam que os conflitos ideológicos originados nessa sociedade, foram fundamentalmente, consequências dessas duas classes

estruturadas nesse dinamismo de relação de poder e a subalternidade forçada violenta. Pois, a composição da classe escrava, era diferente de forma ocupacional, e isso impactava na relação aos demais e a própria classe senhorial (Moura, 2014)

Sendo assim, esse processo da divisão do trabalho estando condicionada ao modo de produção escravista, tem como componente estrutural importante, as contradições perpetuadas entre os senhores e os escravizados. Logo, Moura (2014) desmistifica os estereótipos trazidos por estudos anteriores de cunho neoliberal, abordando sobre a não inação dos escravizados em relação a essas contradições, pontuando as insurgências negras escravas que surgiam:

Em primeiro lugar afirmam que o escravo não era uma simples máquina (coisa) como queriam os seus senhores e certos sociólogos afirmam, com o que estamos de acordo, mas, para essa corrente de cientistas sociais neoliberais e interioridade humana do escravo não se manifestava através de revoltas ou atitudes divergentes, mas de acomodação. Com esta visão o escravismo se estabilizaria, as contradições ficariam semi-anuladas por para-choques sociais num contexto de senhores e escravos estável ou relativamente estável e cheio de espaços neutros, nos quais os escravos poderiam viver com relativa estabilidade e os senhores com relativa segurança (Moura, 2014, P.17).

É válido citar, que era necessário que durante o tempo do escravismo pleno, para evitar a insurgência negra escrava em ascensão fosse montado um aparelhamento administrativo da colônia, para além de defender os interesses da Coroa, garantir a segurança da classe senhorial, que se estruturaram para conter os escravizados e os indígenas, que se recusaram a aquele trabalho exploratório e fugiam para se organizar em quilombos.

Dito isso, os quilombos originaram-se das insurgências negras e das fugas em massa. Henriques (2021), descreve os quilombos como a constituição de um ambiente de “resistência político-cultural no Brasil” que concedeu a convivência e articulação entre etnias africanas múltiplas trazidas de diferentes regiões do continente africano que construíram em simbiose a “contracultura colonial”, e dessa forma sobreviveram nas suas próprias estratégias coletivas.

Um exemplo famoso dessa reorganização coletiva dos negros, pela retomada de si e da sua humanidade. É o quilombo de Palmares (1560-1695), nomeado de outra forma como pequena Angola ou “Angola Janga”. Henriques (2021) alude que os quilombos brasileiros possuíam organização semelhante aos quilombos angolanos,

com a lógica de iniciação dos homens a vida adulta e preparação para guerra. Entretanto, não somente os homens tinham posição de destaque, as mulheres negras escravizadas também estavam presentes nas insurgências, sendo também lideranças importantes na libertação e composição de recursos adquiridos para o provimento dos demais escravizados rebelados.

A quilombola mais conhecida foi Tereza de Benguela, mulher negra diaspórica que liderou o Quilombo do Quarterê ou do Piolho conjuntamente com seu marido (líder da insurreição). Foi presa enquanto lutava e se suicidou: resistiu à tortura e preferiu se matar para defender os demais quilombolas (negras/os diaspóricas/os e índias/os bolivarianas/os). Todo 25 de julho é comemorado o seu dia, como símbolo da resistência negra (Geledés, 2017 *apud* Henriques, 2021, P.75).

Ademais, a vida média dos escravizados produtivos não ultrapassava mais de 10 anos e devido a isso, os senhores se livravam quando os mesmos deixavam de ser produtivos, na concessão de alforrias. E nessa liberdade, esse escravizado padecia de fome, em função de invalidez adquirida pela desumanização e exploração do trabalho escravo.

Contudo, havia articulações para que se estruturasse uma rede de apoio entre a população escravizada. Costa (2020) aborda sobre a experiência afro diáspora de proteção social, onde os negros produziam formas de se proteger, e essas estratégias negras para a proteção foram diversas, sendo uma delas as Irmandades negras.

As irmandades tinham, entretanto, certa autonomia e eram regidas por um estatuto, o “compromisso”, que definia seus objetivos, meios de ingresso, obrigações e direitos dos membros. Elas eram dirigidas por uma mesa administrativa composta pelos chamados juízes, provedores, tesoureiros, escrivães etc. Podiam ser organizadas por profissões, nacionalidade, pertencimento étnico e racial e giravam em torno de santos/as (REIS, 1996; MATTOS, 2008). Das irmandades leigas, a mais conhecida no país foi a da Misericórdia, constituída por membros da elite branca, o que lhe conferia Status e volumosos recursos financeiros (BOSCHI, 1986) (Costa,2020, P.75).

Ainda, Costa (2020) também levanta 24 irmandades negras que eram ligadas a 12 igrejas no Rio de Janeiro de 1753 a 1852. E informa que na cidade do Rio de Janeiro está localizada a irmandade mais antiga do Brasil, nomeada como de Nossa senhora do Rosário em 1639, demonstrando a consolidação e estrutura, que num primeiro

momento tinham como objeto a cristianização dos escravizados e indígenas para a perpetuação da cultura eurocêntrica. Entretanto, esses espaços ocupados pelos oprimidos em sua maioria, foram ressignificadas entre os atuantes escravizados:

Na diáspora, as irmandades foram ressignificadas. Instadas como Instrumento de dominação portuguesa para cristianização de escravizados por meio de santos negros, elas foram aos poucos se moldando como espaços de resistência de escravizados e libertos. No limite de tal contradição, as Irmandades negras foram espaços de aglutinação, solidariedade, ligação com o sagrado, em diálogo direto com referências ancestrais do Continente Africano. Suas intervenções variaram desde a compra da liberdade, o cuidado com os ritos na hora da morte e os festejos, até a participação em processos abolicionistas (MATTOS, 2008; REGINALDO, 2018; PINTO, 2003) (Costa, 2020, P.75).

Henriques (2021) aponta que as mulheres negras afro diaspóricas, se posicionaram e questionaram suas condições enquanto escravizadas tendo um papel de protagonismo na construção dessas irmandades negras. E assim como na atuação imprescindível nos quilombos, também foram extremamente invisibilizadas pela a história sobre os dados da sua atuação na luta abolicionista, como o processo de concessão das alforrias negras que financiavam a libertação dos escravizados.

Por outro lado, teceram como estratégia de proteção social que também vale ser citada foram as cúpulas com curandeirismo, que consistiram em estratégias de cuidado e autocuidado nas situações de doença, invalidez e morte, que até hoje fazem parte de alguns grupos afro-brasileiros, antes mesmo da elaboração de políticas públicas para a previdência, saúde e assistência. Portanto, é importante enfatizar essas estratégias de cuidado e autocuidado, comunitária, de solidariedade e de grupo, quando falamos do autocuidado no contexto colonial brasileiro como fonte de enriquecer a percepção das inúmeras ideias e associações, não só como uma imposição feminina, mas também como prática cultural/social ancestral advinda de um local não eurocêntrico como iremos abordar mais à frente que potencializa a organização coletiva.

Um exemplo disso, é quando Pimenta (1998) analisa, que a academia imperial de medicina em 1856 estava indignada com a atuação autorizada pelo presidente da província do curandeiro africano, Manuel, que tratava dos doentes de cólera no Hospital da Marinha de Recife. Porém, essa abordagem já acontecia em outras situações como a autora descreve sobre, 40 anos antes. Em 1815, quando moradores

de Macacu, para demonstrar apoio ao curandeiro da região, conhecido como Adão, apresentaram um abaixo assinado com 44 assinaturas, que alegava que na carência de médicos e cirurgiões, Adão tinha habilidades de sangrar e conhecimentos sobre ervas medicinais. Logo, o curandeiro teve seu saber reconhecido pelos médicos que lhe deram licença de um ano, com possibilidade de renovação anual que permaneceu até 1822.

Além disso, a categoria curandeiro relatada por Pimenta (1998) era uma das poucas com pedidos de licença. Ainda que houvesse relatos sobre cura na África e seu uso no Brasil entre os mais pobres, seu reconhecimento não era em maior alcance, pois eram curas associadas à população escravizada. Em seu levantamento, a autora discorre que não era só pela carência de médicos ou cirurgiões que os curandeiros eram demandados, e sim de que de acordo com a visão dos seus pacientes, eram mais eficientes. Logo, as estratégias de proteção e cuidado vinda de saberes afro diáspora foram essenciais para a construção dessa rede de cuidado coletiva e saberes ancestrais.

Essa forma de resistência contra a superexploração teve como ponto, segundo Gonzalez (2018) uma distribuição geográfica articulada com a migração interna dos escravizados, com mais ocorrência depois de 1850, sendo forçados a suprir as expectativas regionais do Brasil colônia. Os escravizados e escravizadas eram vistos como mercadoria, pois não eram donos de si mesmo e sim como parte da propriedade privada da classe senhorial, contudo teceram resistências contra esse processo que culminou em revoltas, insurgências e quilombagens.

Entretanto, no contexto do Brasil-colônia quem estava tendo relações patriarcais no modo de produção escravista eram o senhor e a senhora do engenho. A autora Giacomini (1988) reitera que o poder patriarcal nas relações entre homens e mulheres brancas, não se aplicavam para a mulher negra escravizada da mesma maneira. Pois, a mulher escravizada estava fora do jugo patriarcal a qual se era imposto para mulheres brancas. Ou seja, para a mulher livre branca esse controle era realizado de maneira diferente para o controle da sua sexualidade e funcionalidade diante da moralidade religiosa, da sociedade da qual estava submetida, enquanto a mulher negra era hiper sexualizada, essencializada numa “natureza erótica”, como destaca:

O homem escravo não poderia, certamente, desempenhar em relação à sua família os mesmos papéis que o homem branco desempenhava em relação a seus familiares. O poder, o papel de proteção e sustentação econômica, a autoridade absoluta, são, sem dúvida, «privilégios» que a sociedade patriarcal não estendeu aos homens sujeitos à escravidão. Não entraremos na discussão do papel do homem branco na sociedade patriarcal, pois, como observamos, a divisão sexual do trabalho e as relações no interior da família branca não se reproduziram no caso dos escravos. Limitamo-nos a constatar que o homem escravo não só não compartilharia com os homens brancos dos «privilégios patriarcais», mas também seria indiretamente atingido pelo senhor patriarcal no exercício desses «privilégios» (Giacomini, 1988, P. 43).

Davis (1981) aborda sobre a mulher negra escravizada norte-americana e suas condições desumanas. Relatando que para as mulheres negras na escravidão lhe eram infringidas as mesmas horas de trabalho, e quantidade de açoites para seus senhores e feitores. Pois para isso não havia diferença de gênero, contudo, o momento para o qual essas mulheres eram enxergadas como mulheres eram quando sofriam violência sexual, forma da qual o homem demonstrava o seu domínio.

A mulher escravizada, era antes de tudo uma trabalhadora em tempo Integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente, esposa, mãe e dona de casa. Até 9 anos eram escravizadas em casa e aos 10 anos iriam para a plantação de algodão. De acordo com Davis, com a abolição do tráfico internacional de mão de obra, as mulheres negras aos olhos dos proprietários eram vistas para a reprodução e ampliação da força de trabalho escrava. Ou seja, a mulher negra, além de não ser vista, era impossibilitada de exercer a maternidade.

Nesse contexto, quando olhamos a situação da mulher negra escravizada no Brasil com o fim do tráfico internacional de escravos. Observamos que os filhos das mulheres escravizadas foram sobretudo ampliados e separados com impulsionamento do governo atuante até 1871 com a Lei do ventre livre, que determinava que daquele momento em diante as mulheres escravizadas dariam a luz apenas bebês livres, esse passo ocorre também de acordo com (GIACOMINI,1988) devido aos infanticídios realizados pelas escravizadas como únicas soluções para livrar seus filhos daquela condição desumana.

As horas suplementares de descanso por «filho vingado» e o aceno com a liberdade, ou seja, incentivos à maternidade, parecem ser tentativas de diminuir entre escravas o número de abortos provocados e infanticídios.

Acreditava, talvez, o autor desse projeto, que menos terrível que a morte dos filhos fosse mercadejá-los por uma carta de alforria. (GIACOMINI, 1988, P. 34).

Contudo, essas crianças ficariam sob a tutela do proprietário até completar 8 anos, que tinha como opção de explorar a mão de obra até os 21 anos com possibilidade lucrativa, já na mesma época de inserção dos trabalhadores livres estrangeiros ou de em seguida ao completar 8 anos poderiam ser entregues ao governo, que por outro lado as enviavam para um asilo. Isolando essas crianças de suas famílias, e novamente impedindo que a mulher negra escravizada pudesse desempenhar seu papel como mãe, mas não de ser mãe da criança do senhoril. Dessa forma, *“a particularidade da formação social brasileira está determinada pela experiência de mais de 350 anos de escravização”* (Carraro, Rocha, 2021, P. 25-26).

1.2. As mulheres negras na formação sócio-histórica brasileira e o advento do racismo científico.

Quando falamos da mulher negra e os fundamentos do racismo no Brasil, Gonzalez (2018) pontua que “a consciência exclui o que a memória inclui”, sendo então a reprodução da ideologia dominante reproduzida como fonte de violência aos corpos negros. Ao abordar sobre gênero e invisibilidade desses espaços de poder para mulheres, sobretudo mulheres negras. Por isso, a partir dessas noções a autora classifica a mulher preta e seu papel perante a sociedade como “mulata”, “doméstica” e “mãe preta”.

A objetificação era demasiada, pois além de tudo estava atravessada pelo machismo, o racismo e a violação sexual. Dito isso, é categorizado por Gonzalez, num primeiro momento em duas: como trabalhadora do eito e a mucama, apresentando que a similaridade de ambas estava nas atribuições da doação de força moral para todos em sua volta e que demandavam do seu cuidado. Por certo, enquanto mucama, estava presente dentro da casa grande, e era sua responsabilidade as tarefas e o funcionamento do lar do senhor.

Em síntese, esse engendramento da mulata e da doméstica fez-se a partir da figura da mucama. Um exemplo disso, são os corpos negros femininos que não são vistos como humanos e sim como objetos, por isso a mucama permitida e a cuidadora, são vítimas da violência e concretamente reprimidas. Em sua última classificação, Gonzales denomina a “mãe preta” como uma figura que surge da equivocação, pois a mesma é a mãe que cuida, amamenta, que exerce função materna enquanto a mulher branca a função social reprodutiva. Ademais, a “Mãe Preta”: pelo seu papel na criação e formação dos brancos como ama de leite introduz o que González denomina como “pretuguês”.

Ou seja, aquilo que chamo de “pretuguês” e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de “pretos”, e de “crioulos” os nascidos no Brasil) é facilmente constatável sobretudo no Espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, e também a ausência de certas consoantes (como o L ou o R, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isso sem falar nos dialetos “crioulos” do Caribe). Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de crenças etc. Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalçado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc. que minimizam a importância da contribuição negra (Gonzalez, 2020, P.5-6).

A cultura brasileira é atravessada por essa formação linguística de maneira inseparável, por meio desse cuidado imposto para com a “Mãe preta”. E isso é reforçado para Socorro (2017) que entende que no campo da tradução essa construção afro diaspórica é um agrupamento de conhecimentos e ações afro centradas com o poder de uma orientação sensível observando suas especificações. Ou seja, tendo em consideração uma dimensão social, cultural e política.

Dito isso, os povos africanos que foram trazidos para o Brasil possuíam diversas organizações sociais, visões próprias, assim como a língua que fazia parte da construção da sua identidade social/cultural. Entretanto, no processo do escravismo, inúmeras tentativas de aniquilamento pela a branquitude europeia colonizadora foram perpetuadas. E ainda que lhe fosse forçado, o aprendizado da cultura e língua do explorador enquanto colônia, o conjunto cultural trazido pela memória ancestral africana fora preservada e resistente também pelo corpo da mulher negra.

Para além do cuidado com as crianças dos seus senhores de engenho, a dominância e a violência eram exacerbadas para que houvesse controle mesmo que dentro da casa grande sobre a mulher negra. Logo a possibilidade de rebelar-se era contida estrategicamente, sendo demonstrada em qualquer ato de desobediência por ela cometido, pois quando a mesma houvesse impedimentos poderiam sofrer violações, “o leite se misturava ao sangue” referenciando a estrutura de exploração e violência dentro do ambiente doméstico.

Dessa forma, Giacomini (1988) relata como os jornais do século XIX nas seções dos anúncios e vendas de escravizados e escravizadas não colocavam sobre a existência de um filho propositalmente, imbricando estruturalmente a separação entre mãe e filho. Além disso, a autora ao selecionar reportagens da época observa que a escravizada com filhos era desvalorizada enquanto mercadoria, mesmo que seu filho também exercesse serviços. Para as relações patriarcais entre a família do proprietário escravocrata, era necessário que para a mulher negra escravizada pudesse ser “mãe preta” dos seus filhos, ela não pudesse ser mãe dos próprios.

Entretanto, quando a Giacomini (1988) redige sobre a família escrava brasileira, a mesma pondera que a vida “familiar” é contraditória as condições que o escravizado está submetido, pois “*constituir família, ter uma prole é algo inacessível àqueles que não possuem nem a si próprios* (Giacomini, 1988, P. 29)”. Logo, somente a relação entre a mulher escravizada e filhos era reconhecida como de fato relação familiar. Ainda que o casamento entre os escravizados não fosse proibido, a forma que viveriam, a possibilidade e a qualidade cabiam ao senhor proprietário.

Reis (2018), analisa e levanta dados historiográficos em relação a vida familiar dos escravizados, afirmando que ferramentas de cunho legal que eram disponíveis naquele contexto para essa possibilidade também eram utilizadas como forma de proteção, solidariedade e afeto entre os escravizados. Pois, a Igreja Católica não era contra o sacramento, além de tudo, também lhe cabiam a responsabilidade pela fiscalização dessa prática, ou seja, os livres e os escravizados poderiam ter um casamento legal, porém deveriam pelo Concílio de Trento de 1563, cumprir as exigências.

Apesar de não haver proibição absoluta, a historiografia apresenta baixos índices de uniões legais entre a população negra da época, o que demonstra o controle dos senhores sobre as relações afetivas entre os escravizados. E não atribuído a uma

promiscuidade como por muito tempo foi apontado pela antiga historiografia como a de Freyre (2001), que ignora as dinâmicas de opressão, subordinação e violência no campo afetivo vivenciado pelas escravizados.

Os escravizados, ao utilizar-se das estratégias matrimoniais, formulam vivências de família ou casamento, quer para garantirem a sobrevivência pessoal ou grupal ou para efetivarem uma série de trocas simbólicas. Neste sentido, o casamento pode ser entendido como ato jurídico pelo qual se funda ou se forma um núcleo familiar, representando assim um papel fundamental na estrutura social (Reis, 2018, p. 20).

Além disso, com a venda separada entre escravizados casados tornando-se ilegal em 1869, para os senhores escravocratas o casamento entre escravizados passou a significar uma limitação comercial, o que contribuiu para o desencorajamento dessas uniões. Todavia, mesmo que estivessem em uniões estáveis, os escravizados continuavam sendo passíveis da violação sexual para o senhor proprietário.

Outrossim, o estereótipo de hipersexualização e questões extraconjugais trazidos por outras mulheres brancas, devido às relações do senhor com as mulheres escravizadas, reforçaram os múltiplos conflitos de cunho violentos fomentados por vingança, além sobretudo do racismo. Sem perceber que essas mulheres negras não tinham escolha, podendo ser castigadas, caso não aceitassem se relacionar com seus senhores sob sentença de açoites e mutilação, como destaca Giacomini (1988).

O desenvolvimento físico da escrava adolescente marca a passagem da escrava «animal de estimação» para escrava «objeto sexual», com suas inevitáveis consequências na relação senhora-escrava. A ideologia corrente que associa a negra ao prazer sexual do branco, identificando em seu corpo o agente do estupro institucionalizado, fez recair também sobre a escrava, como se não bastasse a objetificação sexual, inconfessáveis sentimentos de inveja das senhoras. As mutilações, extirpação, deformações e outras atrocidades praticadas por senhoras no corpo das negras, das quais abundam exemplos na literatura da época, privilegiaram, não por acaso, as regiões corporais comumente identificadas a seu poder de sedução: nádegas, dentes, orelhas, faces etc. (Giacomini, 1988, P. 79).

Ademais, é também durante o período do escravismo tardio que o trabalhador livre é mais interessante para a política comercial internacional impulsionando a crise progressiva do escravismo. Pois era uma economia que não permitia acumulação de excedentes para uma abertura de uma forma independente de desenvolvimento Moura

(2014). Sendo assim, a Grã-Bretanha adentrava como investidora e compradora dos produtos nacionais, possuindo demasiada influência sobre o território brasileiro.

Com isso, após a abolição da escravatura, no início da mudança do modo de produção vigente. Não só a população escravizada, mas os escravizados já libertos antes de 1888, vieram a construir a massa marginalizada nesse momento de emergência do capitalismo. Nesse contexto, coube à mulher negra uma posição de sustento de sua comunidade, pela subsistência dos membros da família, fazendo seu trabalho físico ser duplicado, ou seja, estava dividida entre o trabalho duro na casa da patroa e dentro de casa.

Na república, com o fim da abolição o racismo científico ganha força. Logo, diversos métodos foram utilizados para uma tentativa de comprovar uma superioridade intelectual de raça, utilizando assim de justificativas e teorias para tamanhas violências cometidas pelo racismo, estigmas e perpetuação da animalização para com a população negra. A autora Schwarz (1993) expõe que para os cientistas brasileiros no contexto apresentado após a abolição, a raça emerge como um instrumento para a classificação de grupos humanos.

Seja por um traço, seja pela delimitação de muitos detalhes, o fato é que, para esse tipo de teoria, nas características físicas de um povo é que se conheciam e reconheciam a criminalidade, a loucura, as potencialidades e os fracassos de um país. Critério “objetivo de análise”, o “método antropológico” trazia para esses intelectuais uma série de certezas não apenas sobre o indivíduo como também acerca da nação. “Uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos”, dizia o artigo de Laurindo Leão, buscando fazer a ligação entre tais teorias e a realidade nacional (Schwarcz, 1993, P. 167).

Dessa forma, entre as divergentes teorias sobre raça estabelecidas na época num primeiro momento foi debatido sobre as misturas entre raças e os riscos de degeneração. Segundo Schwarz, como projeto nacional, a variante otimista alude para uma saída que consistia no embranquecimento gradual, através de uma construção nacional que possuía herança branca europeia.

Com isso, a aceitação e perpetuação da política de embranquecimento da população ligadas às teorias raciais do século XIX, foram essenciais para a entrada massiva de imigrantes europeus. Como projeto, também foram estimulados para esses imigrantes a facilidade para a compra de terras. Enquanto, para a população negra

recém liberta o acesso para trabalho era limitado sem possibilidade de ascensão e viabilização de terras.

Evidenciar em todas as suas expressões a violência contra o povo brasileiro durante a escravização garantida e estimulada pelo Estado no Brasil colonial é uma tarefa essencial para mostrar as bases em que foram construídas as relações sociais no país (Carraro; Rocha,2021, p.31)

Em virtude dos fatos mencionados, apenas a libertação e a não garantia de meios de socialização sem adquirir seus próprios meios de produção garantindo sua subsistência, fez com que a população marginalizada, oprimida e perseguida obtivesse pouco espaço na sociedade para sobreviver fora da escravidão. Disparando de forma exorbitante a desigualdade e espaços de moradia precários como cortiços e favelas.

Portanto, a emergência do capitalismo no Brasil é imposta nessas condições de segregação racial. Com o impulsionamento da mão-de-obra europeia, aumentando em demasia a desvalorização da mão-de-obra da população negra. Ou seja, ao analisar a introdução do modo de produção capitalista brasileiro é preciso entendemos seus atravessamentos raciais, de gênero e classe.

1.3. Capitalismo dependente, fundo público e a superexploração das mulheres negras enquanto cuidadoras na sociedade brasileira

Moura afirma que o escravismo descamba no capitalismo dependente, pois o Brasil se endivida com a Inglaterra para a fomentação da criação dos ferroviários no território brasileiro. Tal dinâmica, é o que funda a relação de dependência de poder entre a potência mundial vigente atuante da época, que era a Inglaterra e o país latino-americano Brasil, que emergia no capitalismo.

Além disso, Marini (2017) também destaca que a participação da América Latina no mercado mundial contribuiu para que a acumulação na economia industrial modificasse de mais valia-absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja na maior exploração do trabalhador. O autor enfatiza que a determinação da taxa de mais-valia

⁴não passa pela produtividade do trabalho, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, em relação ao tempo de trabalho excedente ⁵e o tempo de trabalho necessário. ⁶

Por isso, a dependência Latino-Americana é contraditória, o que a torna essencial para a acumulação capitalista. Por certo, a economia exportadora acentua essas contradições, na configuração específica das relações de exploração baseadas no ciclo do capital que reproduz em escala ampliada a dependência da economia internacional.

Indubitavelmente, o Capitalismo Dependente levantando por Marini (2017), tem em sua priori as relações de exploração para o estabelecimento da ordem social competitiva exercida nas regiões periféricas, para que assim promova o desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, para que haja a reprodução ampliada do Capital internacional é necessária uma subordinação dos países periféricos para com os países centrais, como é o caso do Brasil.

Quando abordamos sobre essa passagem do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista no Brasil, é preciso entender as dinâmicas anteriormente existentes para pontuarmos as organizações sindicais da classe trabalhadora, que nesse momento se divergem.

Costa (2020), analisa que os trabalhadores dos portos eram extremamente organizados pré e pós abolição da escravatura e foram grandes responsáveis por sindicatos de trabalhadores. Sendo então, esses grupos muito importantes para a história da política social do Brasil, enquanto organização de trabalhadores negros.

Nos três casos, entre o trabalho nas ferrovias, Marinha Mercante ou no porto, os escravizados poderiam pertencer aos empresários ou às companhias, mas também ser por eles alugados na modalidade ao ganho, que no cenário urbano foi muito comum. Por meio da organização dos portuários cariocas será possível observar dois pontos aqui relevantes. Primeiro, suas formas de organização afro-diaspóricas, baseadas na solidariedade com vistas à autoproteção. E, segundo a permanência destes trabalhadores negros, a incidência deste pertencimento racial para compreensão de sua organização

⁴ De acordo com Marx (1867) a Mais-valia seria o excedente produzido pelo o trabalho necessário para acumulação de riquezas, ou seja, a diferença entre o trabalho pago e o valor que é de fato produzido por esse trabalho.

⁵ De acordo com Marx (1867) o trabalho excedente é o valor sobranete do valor salário pago pelo o trabalhador.

⁶ Enquanto o trabalho necessário é o trabalho realizado pelo o trabalhador para pagar o proprio salário.

na República, e como a política social inicialmente é acessada por este grupo (Costa,2020, P.72).

Dessa forma, os trabalhadores “*se organizaram em torno de sociedades e associações de auxílios mútuo, fundos, cooperação associações de profissionais e irmandades*” (Costa,2020, p.73). Algo que já haviam sido realizados como fora abordado anteriormente pela população negra em diáspora nos espaços de solidariedade. Logo, exigiu-se a construção de laços de solidariedade enquanto forma de proteção coletiva entre a população negra escravizada para estar em diáspora.

Reconhecer a diáspora significa conferir a estes, que do processo colonial em diante passaram a ser chamados de negros, um lugar na história como sujeitos. Elementos únicos foram produzidos na diáspora, sejam culturais, religiosos, protetivos ou político-organizativos. O aquilombamento, a proteção autogestada via religiões de matriz africanas e irmandades, dentre outras, foram fundamentais diante de um cenário, no mínimo, hostil. (Costa,2020, p.73)

O início do século XX é acumulado de eventos que contribuíram para a organização de portuários cariocas, que eram em sua maioria no Brasil pós abolição, representado por pessoas negras. Com isso, é válido dizer que além das estratégias de resistência e organização entre os trabalhadores negros anteriormente colocadas, também foram inseridas e aliadas a uma perspectiva mais socialista (Costa,2020).

Dito isso, com o forte impulsionamento de imigrantes de origem europeia para o mercado recém capitalista brasileiro, conflitos entre as classes sindicais foram frequentes, ainda que não tenham reduzido suas forças enquanto organizações. Costa (2020) também discute que a raça era questão essencial nos conflitos dos trabalhadores, devido a registro de hostilidade para com a população negra.

Com base nos arquivos e registros sindicais da Resistência, de 1910 a 1929, Cruz (2000) registrou o perfil étnico-racial dos sindicalizados, cerca de 353 no total. Assim, 62% deles eram pretos (entre estes, apenas um africano), 14% pardos/mestiços (brasileiros) e 23% brancos (italianos e portugueses). Também é sabido que os trabalhadores negros ocuparam, entre 1910 e 1929, 83,1% dos cargos administrativos da Resistência (MCPHEE, 2014). No tocante à nacionalidade, 87% eram brasileiros, 7% portugueses e 5% italianos (CRUZ, 2000) (Costa,2020, P. 77).

Os sindicatos de resistência, de acordo com Costa (2020) tinham percepção que o objetivo da imigração era para a substituição da força de trabalho negra. Ou seja, mesmo após abolição, essas estratégias da “supremacia branca⁷” permaneciam. Com a revolução de 30 no período de Vargas⁸ urge demasiadamente por parte do Estado a necessidade de controlar o tensionamento das lutas de classes entre os trabalhadores e os donos dos meios de produção.

Logo para os interesses do Capital o Estado precisava controlar as políticas Sociais, fazendo dessa forma a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPS) em 1933 numa contribuição tripartite (estado, trabalhadores e pensões). Contudo, apesar da tentativa de aproximação com a classe trabalhadora, a Política Social formulada não alterou a lógica do sistema capitalista na busca para desenvolvimento do Brasil. (Costa,2020)

Dito isso, Getúlio Vargas passa a investir com os recursos das IAPS, ou seja, o Estado passa a gerir e controlar esses recursos que antes eram feitos pelas empresas e administrada pelos empresários dessas empresas com as Caixas de Aposentadoria e pensão (CAPS), logo isso gera uma perda da autonomia dos trabalhadores desses recursos, pois o dinheiro foi redirecionado para o pagamento da dívida pública.⁹

Além disso, vários são os IAPS (Marítimos, Bancários R, os Portuários e a ferroviária) podendo cada um ser diferente em relação as regras de cada instituto, pois os institutos que organizavam os benefícios, e essas fragmentações evidenciavam o racismo, pois os benefícios reais dos trabalhadores eram cada vez mais deslocados para projetos:

⁷ A supremacia branca é o resultado da dominação colonial e da reprodução desta na contemporaneidade, e precisa ser entendida em âmbito global, como a manutenção dos recursos econômicos, das decisões políticas, da indústria cultural, do sistema de justiça e do controle sobre estes nas mãos de indivíduos brancos. (Nacla,2022)

⁸ Presidente do Brasil entre os períodos de 1934-1945 e 1951-1954, líder da Revolução de 30. Foi eleito presidente pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934, entretanto em 1937 a 1945 implementou um golpe de Estado, sendo dito como ditador, esses momentos foram divididos em Estado velho, que foi antes do golpe e o Estado novo após o golpe. Além disso, Getúlio Vargas foi eleito presidente novamente em 1951 saindo somente em 1954 com o seu falecimento.

⁹ A dívida surge e aumenta sempre que o governo gasta mais do que arrecada. Assim, quando os impostos e demais receitas não são suficientes para cobrir as despesas, o governo é financiado por seus credores (pessoas físicas, empresas, bancos etc), dando origem à dívida pública. (Tesouro Transparente, 2015)

Podemos afirmar, por exemplo, que no caso da cidade do Rio de Janeiro portuários, um dos segmentos beneficiados pelas CAPs, era majoritariamente negro. Isso imprime num primeiro momento certo protagonismo negro ao tratarmos a origem da política social. Mas mesmo este protagonismo, como expliquei em Costa (2020), precisa ser considerado com mediações. Isso porque o Estado brasileiro encontrou no trabalho o vetor para dar corpo ao projeto de construção da nação! (Costa,2021, p.56).

Em virtude dos fatos mencionados, o acúmulo direcionado para os fundos públicos através do conjunto da classe trabalhadora, centralizou-se progressivamente nas mãos do Estado pelas a IAPS, visando a garantia da conta da reprodução societária da classe dominante e seu projeto desenvolvimentista, o que foi uma forma de capitalização da previdência. (Costa,2021)

Portanto, o fundo público é inserido no sistema capitalista como uma linha de crédito do capital, isto é, o Estado regula/intervém no processo de acumulação do capital. Visto que, o fundo público garante a manutenção do ciclo de reprodução do capital, sendo um elemento interno do processo de acumulação capitalista que visa garantir tanto a reprodução quanto a extração de mais valia, disponibilizando matéria-prima, força de trabalho, métodos científicos e maquinário para o capital. (Salvador,2010b)

Nessa lógica, o fundo público tem papel central e estrutural para a garantia da reprodução da acumulação capitalista, uma vez que compõe um sistema tributário que possui como objetivo a concentração de recursos disponíveis para a acumulação capitalista, sendo constituído por uma pulsão de trabalho excedente. (Behring,2010)

Conforme aborda Behring (2010), esse trabalho excedente é caracterizado pela contribuição para o fundo público através das taxas. Ou seja, o fundo público é constituído pelo trabalho excedente e da taxação de mais valor extraído, e o sistema tributário do Estado Brasileiro arrecada os fundos a partir do imposto cobrado sobre o consumo da população.

Logo, sendo mais um fator da superexploração por fazer com que o capital avance sobre os salários da classe trabalhadora. E por isso, essa forma de arrecadação faz com que parte dos salários constituam o fundo público, provocando no fundo público uma das dimensões da superexploração. Como é o caso de mulheres negras exercendo os trabalhos mais superexplorados, um exemplo disso seria o trabalho doméstico.

Dessa forma, este patamar de Proteção social é baixo, pois tem como priori, a garantia apenas da reprodução de condições mínimas para a manutenção da força de trabalho. Contudo, ressaltando a dificuldade que as classes dominantes têm de criar legitimidade, visto que a superexploração cria fissuras entre as classes, pontuamos também a atuação burguesa que culmina no aumento dos instrumentos de coerção, como o genocídio e o encarceramento em massa, pois as classes dominantes não conseguem se legitimar apenas com o consenso. (CFESS,2015)

Deste modo, o racismo estrutural destinou um lugar na marginalidade do Exército Industrial de Reserva¹⁰, impondo a classe trabalhadora a naturalizar formas mais severas de exploração. Logo, o fundo público serve e é direcionado para o aparato das forças coercitivas (militarização, violência, munição para operações policiais, instituições manicomializantes, entre outros) taxando os salários, consumo, isto é, os fundos de contribuição do trabalhador.

E para as mulheres, sobretudo, mulheres negras temos que observar a divisão sociosexual e racial do trabalho (Nogueira; Passos,2020), como também equivalência dessa superexploração. Se como fomos destrinchados ao decorrer dessa argumentação o fundo público é constituído do trabalho excedente e da taxaço de mais valor extraído é necessário que observemos as dinâmicas e subsídio do trabalho feminino exercido na época transitória para o modo de produção capitalista no Brasil.

Dessa forma, para Scheffer (2016) algumas áreas de atuação que as mulheres vinham sendo inseridas na época sofriam um processo de “feminização do Trabalho “. Para os conservadores eugenistas os trabalhos que demandassem importância e de cunho mental não poderia ser realizado pelas mulheres, pois as mesmas não estavam aptas por serem despreparadas e por obterem pouco desenvolvimento no cérebro que para eles se assemelhavam a uma criança.

¹⁰ diz respeito à parcela da população trabalhadora que não está empregada pelo capital (seja ele industrial, comercial ou bancário) ou por instituições acessórias¹ que o legitimam (como o Estado, as forças armadas e os sindicatos) e que está disponível a ser eventualmente empregada (em diferentes graus de disponibilidade) conforme a demanda do capital e de suas instituições acessórias por força de trabalho. Ele é formado pela população trabalhadora que fica supérflua em relação ao capital com o progresso das forças produtivas (que se traduz em um montante crescente de meios de produção em relação à força de trabalho) e toda uma população que não está diretamente ligada ao e empregada pelo capital ou pelas instituições acessórias, mas que lhe está de alguma forma disponível. (NETO,2013, P. 10-11)

Já para uma outra parte, mais favorável, como os higienistas, se enfatizava a aptidão do trabalho feminino em áreas que o cuidado fosse prioridade, devido a qualidades inatas de gênero. Ademais, esse discurso de pureza e qualidades morais da mulher também contribuíram para espalharem o mito da inferioridade biológica.

No estudo que Soihet (1989) faz sobre a classe das mulheres subalternas do Rio de Janeiro de 1890 a 1920, análise que é feita nesse processo de transição do modo produção vigente escravista para o capitalista. É observando que no mundo do trabalho a sobrevivência era um dos principais motivos para esse fato. Logo, o perfil das mulheres das classes subalternas pesquisadas eram mulheres pobres livres, escravizadas, chefes de família com trabalhos precários e autônomos, que muitas vezes eram obrigadas a trabalhar em suas próprias casas em cômodos pequenos.

Esse levantamento sobre a atuação dessas mulheres também no ambiente doméstico, nos revela que além do trabalho abordado anteriormente de sustentação das forças reprodutivas para o capital, o trabalho exercido para seus subsídios também é realizado em casa, o que nos apresenta uma linha tênue do trabalho e o doméstico sendo cruzadas. Logo *“de reprodução da força de trabalho, ainda produziam para o mercado nesse mesmo espaço, exercendo função doméstica de lavadeira, engomadeira, doceira; algumas eram cartomantes e muitas prostitutas”* (Soihet, 1989, p. 9).

Jornada de trabalho duplamente atravessada para além do gênero como para raça também. Pois *“em consequência ser mulher e negra ou negra e mulher, implica em ser o objeto de um duplo efeito da desigualdade muito bem articulado que aí está”* (GONZALES, 2018, P.104). Dessa forma, Scheffer (2016) também enfatiza as diferenças de opressão sofrida pelas mulheres na época, sendo assim, as mulheres operárias eram amplamente afetadas e se sentiam exploradas no sistema capitalista. Já por outro lado, as que pertenciam a classe média e da elite, se sentiam oprimidas de forma intelectual, cultural e moral.

Brevemente, podemos explicar que no que se refere a gênero, Kilomba (2019) levanta a raça como indissociável de gênero, e que a experiência da opressão relacionado ao patriarcado envolve ambos, devido às construções racistas que se articulam entre os papéis de gênero. Ou seja, a mulher branca pode praticar racismo, tanto para a mulher e o homem negros, ainda que a mesma seja oprimida por gênero.

E é por isso, que para esse debate não podemos inserir gênero como único ponto de partida, sendo imprescindível a articulação de gênero, classe e raça.

Logo, a superexploração atuante para com as mulheres negras é progressiva desde sua gênese, pois sua mão de obra é desvalorizada em virtude de gênero e raça. E o seu trabalho excedente é parte essencial para a produção de mais valor, para fins orientados ao interesse do capital, sendo a opressão parte fundamental para as bases desse sistema que se mantém na sociedade contemporânea.

Na área profissional, se exemplifica pela desigualdade salarial e de formação acadêmica, exposto por Gonzalez (2018) que enfatiza que as diferenças raciais são maiores que a de gênero daqueles que possuem carteira assinada. Ademais, tratando-se de trabalhos muito subalternizados e de natureza servil sem garantias trabalhistas. Sendo assim, o racismo é constitutivo do sistema que está enraizado nas estruturas da sociedade e normalizado pelo próprio funcionamento das Instituições, e por isso o mercado, assim como outras instituições sociais, não estão imunes ao racismo.

Nessa lógica, a partir desses valores pontuados anteriormente sobre “*feminização do trabalho*” trazidos por Scheffer (2016) podemos compreender os papéis de gênero e raça atribuídos ao cuidado. Ou seja, “[...]as *maneiras do provimento e da viabilização do cuidado são transformadas de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e da reprodução social*” (Passos, 2020, p. 118).

Sendo assim, numa estrutura social machista, racista, LGBTfóbica e capitalista, o trabalho do cuidado e do autocuidado é responsabilidade feminina, baseado numa ideologia que naturaliza habilidades à papéis de gêneros atribuídos ao sexo biológico. E quando nos direcionamos para as mulheres negras exercendo essa atribuição, Passos (2020) informa que a interseção entre a tríplice opressão encube uma permanência considerável na atuação do trabalho doméstico e do cuidado já relatado anteriormente.

São essas desvantagens que proporcionam uma posição desigual para as mulheres e que não levam em consideração as atribuições, tarefas e responsabilidades destinadas para elas. Portanto, conforme assinala a autora, as desvantagens e a responsabilização ultrapassam a vida doméstica, estando institucionalizadas nas ações políticas e Estatais (Passos, 2020, p. 119)

Logo, essa hierarquização sobre os corpos negros femininos atua de forma perversa. Pois, ainda que submetida aos valores socialmente construídos pela branquitude e as imposições de gênero em relação ao cuidado, a mesma é impedida de forma estratégica atuante pelo Capital e aos interesses dele impostos ao que é o cuidar:

Num primeiro momento, podemos sinalizar que há uma introjeção da autoilusão do desejo de ser mãe, incorporado a partir do mito do amor materno e encarnado através da sociabilidade branca. Entretanto, será no processo de constituição do ser mãe que a mulher negra descobrirá que é um “não ser” e passará a ter um encontro com uma “região extraordinariamente estéril e árida” (FANON, 2008, p. 26). Esse lugar estéril e árido foi destinado pela branquitude para o negro e, na tentativa de (re)existir, a mulher negra sofre com os sinais de que não pode ocupar esse lugar (Passos, 2020, p. 120).

Por conseguinte, enquanto mulher negra, a mesma é constantemente alvo de violências por inúmeras esferas, inclusive públicas, pois devido ao racismo a população negra tem seus interesses políticos, sociais e individuais negligenciados Kilomba (2019). Isto é, a universalidade articulada referente ao direito constituinte, é branca, pois o universal criado representa o homem cisgênero branco, enquanto detentor de direitos essenciais, fundamentais prioritários.

Para Kilomba (2019) essa razão é também uma das violências que contribui para as cicatrizes psíquicas que o racismo causa. Por isso, que para Passos (2020) a manicomialização das relações sociais está além das instituições, porque a naturalização dessa violência a população negra, sobretudo mulheres, faz parte do modelo manicomial que se baseou no racismo científico para aprisionar e desumanizar pessoas distantes dos conceitos socialmente construídos como “corretos”.

1.4. O cuidado enquanto tecnologia ancestral e a construção da maternagem negra.

“A união do rebanho obriga o leão a ir dormir com fome”.

- Provérbio Africano

Em contraponto, iremos destacar a conformação das formas de proteção e resistências negras, principalmente no que tange o papel da mulher negra enquanto liderança e perpetuadora da sabedoria ancestral do cuidado e autocuidado a partir dos estudos mulheristas que evidenciam as lutas das mulheres negras como fundante para a sobrevivência da população negra. O mulherismo africano foi uma proposta política levantada no final da década de 80 pela a Clenora Hudson, uma professora afro-americana, que em seu estudo realiza uma investigação epistemológica das mulheres africanas e suas organizações anteriores ao período colonial.

E a partir dessa investigação, a autora e outras estudiosas se deparam com as experiências de vivências dessas mulheres que estavam a frente dessas organizações, com uma perspectiva matrilinear, cujos lugares femininos eram de poder, sabedoria, ensinamentos e lutas. Sendo então, as matriarcas da comunidade geradoras de potência de seu povo.

Para Djata (2023) com a teoria do mulherismo africano¹¹ torna-se viável agora em novas possibilidades o reconhecimento a respeito da tripla opressão sofrida por mulheres, sendo eles: raciais, sexistas e classista, e a partir disso a teoria também vem contando com a participação dos homens na luta pela emancipação total. Pois entende-se que a emancipação não pode ser atingida sem a contribuição dos homens enquanto aliados.

Dessa forma, Djata (2023) enfatiza que juntamente ao conceito de mulherismo africano também se vê a necessidade de reavaliar o gênero de forma diferente da perspectiva ocidental, ou seja, a inclusão da epistemologia dos lugares que tem mulheres dentro das sociedades africanas como ocupantes. Logo, através disso é possível repensar o feminismo Ocidental que por muito tempo teve gênero como único ponto de partida.

¹¹ É importante pontuar que entre o mulherismo africano e o feminismo negro há concepções diferentes sobre a categorial social do gênero. Por isso, o diálogo entre ambos pode apresentar diferenças que devem ser assinaladas. “Diante do exposto, argumentarei que a concentração das pesquisas feministas sobre o status das mulheres – uma ênfase que pressupõe a existência da “mulher” como uma categoria social que sempre foi entendida como impotente, desfavorecida, controlada e definida pelos homens – pode levar a sérios equívocos quando aplicada à sociedade Oyó-lorubá.6 De fato, meu argumento central é que não havia mulheres – definidas em termos estritamente genericados – naquela sociedade. Mais uma vez, o conceito “mulher”, usado e invocado nas pesquisas, é derivado da experiência e história ocidentais, uma história enraizada em discursos filosóficos sobre as distinções entre corpo, mente e alma, em ideias sobre determinismo biológico e ligações entre o corpo e o “social”.(Oyěwùmí,2021,P.30)

Diante dos aportes teóricos que norteiam os discursos políticos do movimento feminista do Ocidente, as mulheres ou ativistas africanas que lutam pela emancipação das mulheres, desigualdade e violências com base no gênero não precisam incorporar os discursos feministas eurocêntricos para justificar tais fenômenos. Tendo em conta, a própria dicotomia que norteiam estes dois continentes (feminismo e mulherismo africano). Nesse sentido, é necessário e urgente fazer a ruptura epistêmica, pensar as categorias que usamos nos discursos normativos sobre a paridade social a fim de questionar a aplicabilidade de alguns conceitos que foram universalizadas, sobretudo, no mundo acadêmico, em que muitas das vezes partem de uma concepção Ocidentalista para entender as realidades históricas e socioculturais dos outros continentes. (Djata,2023, P.17-18)

Por isso, que devemos pensar o mulherismo como diferente do feminismo¹² tendo em vista seu contexto sócio-histórico, pois partem de localidades e atravessamentos diferentes, entretanto aqui apesar de assinalarmos diferenças, entendemos também a contribuição que tais lutas trouxeram para a sociedade contemporânea no que se refere aos direitos para mulheres. E enfatizo a importância dos movimentos de mulheres em sua amplitude, ainda que difusos, na luta pelos direitos e reconhecimento da “questão social¹³” a partir de vastas percepções.

Tendo em vista os fatos mencionados, através dessa reflexão podemos traçar que quando os escravizados foram sequestrados de suas regiões, os mesmos trouxeram suas tradições e cultura, ainda que de toda forma fossem atacados, conseguiam estrategicamente em coletivo se organizar para com suas crenças se fortalecer.

No Brasil, os escravizados passaram com o tempo, a identificarem-se a si mesmos usando a nomenclatura “nação”, criando inclusive grupos de auxílio mútuo mencionados Anteriormente com base em tal identificação. Ao se referir à utilização desse termo, analisando a construção da identidade jeje, em estudo sobre a importância desse grupo na formação do Candomblé, Parés busca suas origens nos séculos XVII e XVIII: (Fonseca,2021, p.34)

¹² Para Teles (2017) O feminismo em seu conceito é um movimento social pavimentado pelo o movimento das sufragistas do século XIX na Inglaterra que lutava por direitos civis protagonizados por mulheres brancas, que buscavam igualdade política, jurídica e social entre homens e mulheres.

¹³ Iamamoto (2008) define como “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

Fonseca (2021) aborda que comunidades religiosas foram geradas no século XIX, das quais se identificavam como nação. E a partir daí “*surgem os terreiros de candomblé das nações congo, Angola, nagô, ketu, jeje mina entre outros*” (Fonseca,2021, p.34). E devido a isso, houve uma simbiose de ancestralidades adepta aos terreiros, que contribuíram para a fusão de tradições e práticas africanas no culto.

Dessa forma, o candomblé foi responsável pela preservação da memória, linguística, cultura e tradição dos povos africanos. Tendo a mulher negra como fundamental alicerce de resistência e liderança. Ademais, Fonseca (2021) relata que o reconhecimento dessa liderança da mulher negra enquanto mãe de santo, sacerdotisa máxima frente ao contexto social de contínua atuação da lógica colonial de interiorização ao corpo negro, fora uma conquista e estratégia de proteção.

Vítimas do preconceito e da intolerância, elas não se mostram passivas frente às hierarquias de gênero, raça e religião. Ao contrário, ampliam sua consciência e reconhecem sua situação de subalternidade. Por esse caminho buscam transformar as estruturas de dominação e as representações inferiorizantes impostas pelo que o imaginário colonial marcando uma “posição de sujeito” no novo mundo. Com a sua atuação passam a empoderar outras mulheres e outros grupos minoritários. (Fonseca,2021, p. 38)

Além da representatividade e empoderamento, o cuidado dentro da comunidade é apontado como nutrição, solidariedade e reprodução de força entre a população afro-brasileira. Fonseca (2021) também enfatiza, que as mães de santo começaram adotar como filhos, aqueles acometidos pelos sofrimentos de ter suas famílias dilaceradas pelas violências e crueldade do tráfico, os amparando e cuidando.

Formando dessa forma, um espaço de rede de construção de apoio, ação social, política que entendia o conceito de família como uma extensão de toda a comunidade. “*Sendo Assim, a coletividade sempre foi um dos maiores traços do candomblé, a religião unia as pessoas, ajudava a mitigar o sofrimento e colocava as diferenças de lado*” (Fonseca, 2021, p.41). Dessa forma, entendemos o cuidado e o autocuidado como uma forma de tecnologia ancestral de uma enorme potência.

Ademais, que como Eleotério (2023) discorre é dentro dos terreiros que temos as experiências de construção da maternagem negra, que vai além de laços consanguíneos. Tendo valores transmitidos por ensinamentos africanos de histórias de orixás e vóduns, que além do cuidado também falam de autocuidado.

Constrói-se assim uma relação de cuidado que nada se assemelha ao papel Submisso e não remunerado de manutenção da força de trabalho questionado pelas Feministas brancas. Ela é assim, uma relação de cuidado que começa com o Cuidado de si, com a autoproteção, com a valorização da autonomia, da força e da Coletividade (ELEOTÉRIO,2023, p.19).

Dito isso, o candomblé foi de extrema importância para a valorização da mulher negra. Fonseca (2021) aborda que se tratando da construção de uma fonte de renda, o conhecimento adquirido no terreiro juntamente a necessidade de provimento, culminou em profissões como: a ofício de bordadeiras, vendedoras de doces ou cozinheiras da comida de “azeite “, curandeiras, parteiras, lavadeiras assim como outras. O que possibilitou para essas mulheres negras, mesmo que escravizadas ganhos para suas cartas de alforrias e de sua comunidade.

Um exemplo disso, é o da Tia Ciata. Hilária Batista de Almeida nasceu em 1854, no recôncavo baiano na cidade de Santo Amaro da purificação, mais conhecida como Tia Ciata que é uma das principais responsáveis pelo fortalecimento do samba na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com o Brasil de Fato (2024) a religiosidade sempre foi importante na vida da Tia Ciata. Aos 16 anos participava da fundação da Boa morte, em Cachoeira que também é uma cidade do Recôncavo Baiano. No candomblé, se iniciou na casa do Babalawo Bámbósé, da nação Ketu. Ao chega no Rio de Janeiro com uma filha aos 22 anos, com outros milhares baianos, torna-se Mãe-pequena de João de Alabá que tem como função do suporte ao líder do terreiro e na continuidade dos preceitos da religião vira uma lalorixá, uma mãe de santo.

O culto aos orixás, que pode ser liderado por homens e mulheres, encontrou na mulher negra o principal esteio para a manutenção das tradições religiosas e culturais da comunidade. {...} A religião, como forma de coesão, possibilitou a formação de grupos e associações cujo sistema de crenças veiculou maneiras particulares de inter-relacionamentos, Normas, ações e valores que deram a essas comunidades características próprias. Analisando tais conteúdos, encontram-se não apenas aspectos da religião, mas também a Continuidade e reelaboração de um complexo cultural básico que insiste feroz e dinamicamente em existir, com valores singulares e diversificadas formas. (THEODORO,2019, P.225)

No que se refere sua vida pessoal se casou com João Batista da Silva, que era um funcionário público com quem teve 14 filhos. Tia Ciata também como a maioria das baianas da época era uma quituteira e vendia seus doces na Rua Sete de Setembro, sempre com vestes de baiana.

A Praça Onze, era um lugar de encontro de negros baianos e ex-escravizados radicados nos morros próximos do centro. A região ficou conhecida como “Pequena África”, um reino que seguia a religião, a arte e a culinária da Mãe África, do qual Tia Ciata foi rainha.

Ao fincar como mãe de santo respeitada e confirmada como Ciata de Oxum, grandes festas para orixás eram realizadas como também era nesse meio que aconteciam as rodas de samba miudinho, forma de sambar com os pés juntos que tia Ciata dominava:

O samba é um fenômeno que só tem explicação na energia que vem das casas de omolokô, da tradição religiosa de base africana, como afirma o radialista Rubem Comete, tendo juntado o culto às almas, da gira de Preto Velho e Caboclo e indo até o culto aos orixás. Foi assim que nasceu a Portela, da energia de Seu Napoleão Nascimento, que Era o pai do Natal. (THEODORO,2019, P.235)

A casa da Tia Ciata tornou-se o berço do samba carioca criando um espaço para a reunião de músicos amadores e compositores anônimos como: Pixinguinha, Donga, Heitor dos Prazeres, João da Baiana, sinhô e Mauro de Almeida e esses são alguns dos nomes mais importantes para o samba carioca.

A música “*pelo telefone*”, registrado como o primeiro Samba no final de 1916, virou sucesso no carnaval no ano posterior. E segundo registros, a música composta na casa de Tia Ciata, que também poderia ter feito parte da composição.

Além disso, Tia Ciata teve grande influência política. Segundo Theodoro (2019) a mesma foi procurada por assessores do presidente Wenceslau Brás para a cura de uma ferida que ele tinha na perna e não se cicatrizava. Ela foi ao Palácio do Catete, após um jogo de búzios levando uma infusão de ervas, e banhou o presidente o alertando que em três dias secaria e estaria curado.

Em gratidão, o presidente Wenceslau Brás instituiu que a polícia parasse de fazer operações de repressão no reduto de sambistas que era a casa de Tia Ciata, e seu marido também ganhara um emprego. Com a estratégia de proteção realizada

por Tia Ciata foi possível resistir ainda que de encontro com a opressão sofrida desde a colônia. Opressão essa contrária ao empoderamento a população negra promovido pelos terreiros, que se utilizou de estratégias e operações de tamanhas crueldades para a passagem do capitalismo e a desvalorização do corpo negro escravizado sendo coisificado.

Métodos de tratamento e de construção das relações sociais como política de Estado reforçam suas funções de garantir as condições gerais e de reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ao modo de produção. No solo histórico de nossa formação social essas funções adquirem uma materialidade nua assentada na tortura, no estupro e no açoite da população negra, cujo genocídio e etnocídio também expressam projetos de universalização do europeu ocidental e estruturam o racismo na sociedade brasileira (Carraro; Rocha,2021, p.32)

O que é demonstrado por Machado Assis em sua obra "*Relíquias da casa velha*" no conto "*Pais contra mãe*" publicado em 1906. Fazendo parte da sua segunda fase, com realismo literário, o autor expressa em tal conto o período da escravização no Brasil o que se expressa em: "*a escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais [...]*".

Em seu conto, é retratado a história de Cândido Neves que é retratado como um caçador de escravizados fugitivos, Assis, enfatiza que tal trabalho era realizado por aqueles que não conseguiam encontrar sucesso em outras profissões. Ademais, Cândido também tem uma relação com Clara, os dois se apaixonam e desejam ter uma família estável.

Porém, Mônica que é a tia de Clara e mora com ela, os alertam que para a criação de uma criança os mesmos não possuem renda suficiente. Mesmo recebendo os avisos, Clara engravida. E a situação financeira de ambos estava se deteriorando pelo fato de que Cândido não estava conseguindo realizar a captura dos escravizados fugitivos e também pelo aumento de outros caçadores na região, apesar de Clara trabalha no ofício de costureira juntamente a sua tia Mônica a renda não bastava.

Com ameaças de despejo, Mônica aconselha a Cândido e a Clara a entregarem seu filho para a Roda dos Enjeitados, era o nome do local que se direcionavam crianças indesejadas. Apesar de relutarem bastante de em entregarem seu filho para a Roda dos Enjeitados, a impossibilidade de renda torna-se um fator decisório, Cândido ao levar seu filho para o local, se depara com uma mulher negra escravizada,

Arminda, Cândido sabendo que a captura de Arminda poderia manter seu filho, o mesmo o deixa numa farmácia e vai em direção a Arminda.

No final do conto, Cândido alcança Arminda, que revela que está grávida e que tem receio dos castigos que iria receber pela sua fuga. Mesmo clamando para que Cândido não a levasse, ele a ignora e no meio da luta corporal, Arminda acaba abortando.

Logo após, Cândido a entrega para o senhor proprietário, e recebe sua recompensa financeira, chegando em casa com seu filho em braços sem arrependimento, pois segundo o personagem "*Nem todas as crianças vingam*". Ao refletimos sobre esse conto, Assis, mostra que os corpos negros femininos escravizados da época são coisificados.

A maternidade nesse processo fora inviabilizada, pois para Cândido, um homem branco, sem renda seu direito de ser pai valia mais em sua concepção que o direito de Arminda, mulher negra, de ser mãe, e no título pai contra mãe, a mãe perdeu.

Ao falar em contrapartida da maternagem negra também é válido citar sobre a oposição a estratégia do cuidado ancestral, e o processo de desumanização da brutalidade da colonização instituído, as cicatrizes dessas violências a população negra também culminaram em sofrimento psíquico. Logo, a história da Psiquiatria Brasileira tinha forte vínculo com o racismo científico, e vamos dar continuidade em abordagem como os aparatos de dominação mobilizados pela a branquitude foram utilizados para justificar as atrocidades acometidas e mantidas como herança.

2. A luta antimanicomial e mulheres negras: quem sustenta o cuidado e o autocuidado em liberdade?

*Sonho meu, sonho meu
 Vai buscar quem mora longe, sonho meu
 Sonho meu, sonho meu
 Vai buscar quem mora longe, sonho meu
 Vá mostrar essa saudade, sonho meu
 Com a sua liberdade, sonho meu
 No meu céu, a estrela guia se perdeu
 A madrugada fria só me traz melancolia
 Sonho meu...*

Nesse seguinte capítulo, vamos nos aprofundar sobre a história da psiquiatria brasileira, e as ideias Eugenistas e higienistas perpetuadas pelo produto de seu tempo, aficada nos preconceitos do que não se aliava a lógica funcionalista e racista da sociedade brasileira, impulsionando a atribuição do cuidado familiar. Também discorreremos sobre o a construção psicossocial da prática profissional de Dona Ivone Lara e a luta antimanicomial. Para assim finalizarmos, refletindo sobre as políticas nacionais referente ao trabalho do cuidado e os atravessamentos do exercício do cuidado para mulheres negras enquanto sustentadoras do cuidado em liberdade.

2.1. A história da Psiquiatria no Brasil e o movimento higienista.

Em 1882, Machado de Assis publica sua obra *O alienista*, do qual se influencia do movimento do realismo literário. Nele, Assis conta a história de Simão Bacamarte, um médico de influência viajado que criará um consultório no Brasil localizado em Itaguaí, casado com uma viúva Dona Evarista. Nessa cidade, Bacamarte cria um manicômio que recebe o nome de Casa Verde, impulsionado pelos seus estudos orientados para a psiquiatria, o médico começa a enxergar o que ele entendia como “loucura” em muitas pessoas da cidade, o que levanta a preocupação dos moradores.

Tomados pela apreensão, esses moradores dão origem ao movimento “*Revolta da Canjica*”, nome esse atribuído ao líder do movimento o barbeiro Porfírio. Apesar dos protestos, o Doutor Bacamarte pouco se importa e continua com suas atuações na cidade, contudo, quando Portifrio alcança carreira política e dessa forma consegue conversar com o Doutor, o mesmo se alia, fortificando ainda mais as internações.

Mesmo com muita luta dos moradores da região, Casa verde permanecia em sua absoluta estrutura, até mesmo a própria esposa do Doutor, dona Evarista acabou indo, após apenas uma noite mal dormida de sono. E somente, quando Bacamarte se da conta que 75% das pessoas da região estavam internadas, que o mesmo analisa que sua teoria estava errada, o fazendo toma a decisão de libertar todos que estavam em Casa verde.

Em sua segunda tentativa, o personagem Bacamarte tenta agora com uma teoria diferente novas interações, mas não muito tempo depois reconhece novamente o erro, o fazendo concluir que a “*loucura*” que atribuía aos outros fosse a sua, tomando a ação de pôr escolha se internar em Casa verde. Machado de Assis, em sua maestria de forma sátira e crítica traduz a abordagem da psiquiatria de sua época. Numa breve abordagem histórica Costa (1989) explícitos tais fatos.

Até a segunda metade do século XIX, os doentes mentais habitavam o Rio de Janeiro beneficiavam de nenhuma assistência médica específica. Quando não eram colocados nas prisões por vagabundagem ou perturbação da ordem pública, os loucos erravam pelas ruas ou eram encarcerados nas celas especiais dos hospitais gerais da Santa Casa de Misericórdia (Costa, 1989, p. 39).

O autor também relata que em 1841, o imperador Pedro II ao assinar o decreto da fundação do primeiro hospital psiquiátrico brasileiro, Hospício D. Pedro II, o inaugura em 1852. Apesar disso, a direção do hospício continuou sendo assegurada pela influência religiosa da Santa Casa da Misericórdia até 1881, que é quando de fato criado a cadeira de “Doenças Nervosas e Mentais” que toma a direção para o médico generalista, Nuno Andrade.

Contudo, apesar de passa por mudanças na direção, em 1902 com um inquérito investigativo o cabo no governo Rodrigues Alves revela que o hospital nacional é uma casa para a detenção de pessoas, onde não havia tratamento conveniente, nem disciplina ou fiscalização, o que fez Rodrigo Alves reformar a assistência psiquiátrica convocando Juliano Moreira como novo diretor do Hospital Nacional. Entretanto, com a direção de Moreira a psiquiatria ganha uma nova roupagem naquele contexto.

Por outro lado, Passos (2017) reitera em sua pesquisa a participação dos trabalhadores negros/negras libertos no período colonial que prestavam serviços no hospício, ainda que seus registros fossem de difícil acesso. “*Os africanos livres eram mantidos sob a tutela do Estado e deveriam cumprir, no mínimo, 14 anos de trabalho, na condição de “libertos”. Esse trabalho deveria ser realizado em serviços públicos ou privados...*” (Passos,2017, p.80). Dessa forma, alguns trabalhadores também conseguiam obter suas cartas de alforrias.

Enquanto no que se referiam aos serviços prestados nos hospícios pelas mulheres negras livres e escravizadas, Passos (2017) pontua que se notava que essas

mulheres exerciam atividades domésticas, e ainda o trabalho do “cuidado” com as pessoas que estavam internadas. Logo, “nesse caminho, podemos identificar de forma preliminar o trabalho invisível e subalterno das mulheres negras (escravas e africanas livres) nos hospícios brasileiros” (Passos,2017, P.81).

Dito isso, é importante que durante esse processo de resgate da história da psiquiatria brasileira também nos lembremos do trabalho realizado pelas pessoas negras no serviço público, para a manutenção da lógica manicomial enquanto da mesma maneira também eram exploradas e realizavam trabalhos subalternizados.

Eram recorrentes as solicitações de serventes negros para os diversos estabelecimentos públicos, pois aproveitava-se da precarização e escassez de mão-de-obra para suprir por meio do rodízio de africanos livres. “Um ofício do administrador Alvarenga, de 1863, reclamando serventes para o Hospício, Informa a importância que os africanos livres tiveram no serviço público”. (Passos,2017, P.81)

Dando continuidade, Costa (1989) também aborda que em 1912 a psiquiatria tornava-se especialidade médica autônoma, e a partir desta data, até 1920, veio um crescimento considerável nos espaços que eram destinados as pessoas em sofrimentos psíquico, e foi logo nesse período que também foram inaugurados a Colônia do Engenho de Dentro, a Colônia de Jacarepaguá e o Manicômio Judiciário.

Dito isso, esses marcos históricos trazidos pelo autor foram importantes para entendermos o contexto da emergência da Liga Brasileira de Higiene Mental – LBHM¹⁴. A psiquiatria durante as três primeiras décadas do século XX, estava limitada na reprodução dos discursos teóricos da psiquiatria francesa seguindo então uma prática ditada pela ideologia da liga higienista ou religiosa.

O pensamento Eugênico utilizava a Biologia de modo parcial, e unicamente para caucionar seus dogmas. A biologia funcionava, neste caso, como uma cobertura semântica que servia de legitimação aos preconceitos. O biologismo da LBHM tinha um fundamento ideológico e não científico (Costa,1989, p. 43)

Dessa forma, essas ideias higienistas do cuidado trazidas da Europa foram introduzidas no ambiente brasileiro por intelectuais, e logo em seguida reforçada por

¹⁴ LBHM foi fundada em 1923, pelo o psiquiatra Riedel.

médicos. Devido as análises de Costa (1989) é possível refletir que o racismo científico e o moralismo religioso tiveram atuação efetiva na estrutura básica da psiquiatria, o que contribuiu para métodos desumanos no tratamento de seres humanos, apesar do autor não dialogar tanto sobre a questão racial como Passos(2017) ao aborda sobre o trabalho subalternizado negro para a manutenção da lógica manicomial, a autora Gracyelle Costa (2021) também faz articulação das ideologias e produção científicas racistas que serviram de base na construção dos manicômios.

De acordo com Costa (2021), as ideologias, teses e produções que baseavam a eugenia, teve papel fundamental na constituição da identidade nacional, principalmente no que se referiam as noções de raça e gênero. A “*América Latina se aproximou mais do lamarckismo e depois do Neolamarckismo nascidos na França* (Costa,2021, p.54)”. Com isso, em virtude dessas influências a Eugênia na América Latina focalizou-se nas ações sociais, morais e médicas: que atuavam em vigilância e preocupação sobre o saneamento, higiene mental, higiene das células e higiene social.

Para os intelectuais desse movimento, o progresso e o desenvolvimento econômico dos países da Europa Ocidental tinham como razão a associação com a “brancura” desses povos. Logo para que as sociedades latino-americanas pudessem ser desenvolvidas foi se cultivando o desejo de tornar-se branco e o de embranquecimento da população. Além disso, “foram muitas as sociedades eugênicas na América Latina: Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), Sociedade Argentina de eugenia (1918), Sociedade Eugênica Mexicana para Aprimoramento da Raça (1931)” (Costa,2021, p.54).

A Primeira Guerra, como parte desse novo momento do capitalismo europeu e seu espraiamento no mundo, fortaleceu o nacionalismo na Europa, mas aumentou o fluxo já considerável de imigrantes brancos europeus para países como o Brasil⁵. Um fluxo desde antes incentivado e subvencionado pelo Estado e que dialogou perfeitamente com os dilemas frente ao futuro da nação. E como visto, por um lado, havia os que atestavam a inviabilidade de uma nação para o Brasil devido à mestiçagem, mas por outro, havia os que acreditavam que justo o mal da mestiçagem, e a possibilidade de embranquecer à população, nos redimiria como nação. (Costa, 2021, p. 55)

Ademais, como representante da “Eugênia” do Brasil Renato Kehl tinha bastante destaque. Costa (2021) relata que em 1929 Kehl criou o Boletim da Eugênia, do qual ele publicava também em alemão os seus resumos e artigos, e por vezes

elogiava as iniciativas alemães. Contudo, foi na década de 30 que o mesmo abandonou as ideias da miscigenação construtiva, aliando-se a eugenia advinda dos Estados Unidos e Alemanha, que enxergava a miscigenação como um perigo.

Outra figura eugenista com papel importante na constituição da formação do Estado brasileiro, foi Oliveira Vianna, um dos idealizadores da Consolidação das leis trabalhistas (1945). Através de Vianna, Kehl e outros eugenistas tinha posições importantes nas comissões para decisões de assuntos do Estado. De acordo com Costa (2021) *“Oliveira Vianna acreditava no atavismo e mesmo na degenerescência dos mestiços, mas como outros defendia que sucessivamente haveria um apuramento racial no Brasil, resultando no branqueamento, na arianização”* (Costa, 2021, p. 55).

Todos esses aparatos, tornaram as instituições, sobretudo o manicômio espaços de controle social, higiênico, mental e celular. Onde a violência sobre os corpos negros era naturalizada, servindo para a reprodução das desigualdades e opressões. Dito isso, no decorrer do século XX inúmeras denúncias foram trazidas à tona devido ao movimento de ruptura do modelo manicomial já circuladas por Psiquiatras de outros países, como a Itália. Um exemplo disso, trata-se da visita do psiquiatra italiano Franco Basaglia ao Brasil em 1979, onde o mesmo tem conhecimento da Colônia de Barbacena, e em entrevista feita para uma coletiva de imprensa das declarações impactantes, de que aquele local se tratava de um campo de concentração nazista.

Basaglia, segundo Passos (2018) percebia o manicômio como parte do sistema hierárquico-punitivo, entendendo que para sua destituição era preciso a construção de um anti-modelo para romper as referências já impostas. Com isso, é importante abordar que Basaglia tinha como influência Frantz Fanon, Psiquiatra e filósofo negro que assumiu a direção de um hospital psiquiátrico na cidade de Blida na Argélia, local onde lhe resultou enormes inquietações pela realidade vivenciada dos pacientes e a constatação da perpetuação do colonialismo no modelo de manicômio inserido, imergindo dessa forma uma postura revolucionária. *“Fanon saiu dos muros institucionais, pois compreendeu que a luta pela mudança não ocorreria pela via da reestruturação do modelo e, sim, pela sua Ruptura.”* (Passos, 2018, p.16).

Dessa forma, no Brasil entre os anos de 1930 e 1980, foram contabilizadas 60 mil mortes no hospital Colônia de Barbacena. Ademais, as pessoas que para aquele local foram enviadas, em grande parte obrigadas não necessariamente possuíam

diagnóstico médico de transtorno mental (Arbex,2013). De forma significativa é contabilizado que 70% das pessoas em Barbacena não sofriam de nenhuma doença do tipo. Logo, o local foi destino de várias pessoas por motivos diversos como: racismo, crianças rejeitadas pelos pais por mau comportamento ou pessoas com deficiência; filhos fora do matrimônio; repressão sexual de mulheres ou violentadas por algum homem de poder na época; pessoas com epilepsia; pessoas com questão com a bebida; pessoas LGBTQI+ entre outros.

Percebe-se então, que as colônias foram ambiente de repressão de grupos minoritários da sociedade, onde todos que não se ajustavam a moralidade patriarcal cisgênero branca religiosa foram condenados a passar por todo tipo de tortura, entre elas sessões de eletrochoque, exposição ao frio, fome entre outros. Fazendo então esse acontecimento ser denominado como Holocausto Brasileiro, algo que levanta críticas de Passos (2018) sobre a escolha da denominação associada ao holocausto nazista, sendo esse processo de repressão ligado ao colonialismo do Brasil, tendo raça como principal determinante:

Ao sinalizarmos isso queremos problematizar: por que comparamos o genocídio coletivo do maior hospício do Brasil, que foi a Colônia de Barbacena, em Minas Gerais (MG), com mais de 60 mil mortos, com o Holocausto Nazista? Ao elaborarmos essa pergunta desejamos questionar que a atualização das práticas manicomiais, hoje expressas nas múltiplas ações do Estado, estão atreladas muito mais ao colonialismo do que ao holocausto. O debate aqui não é medir o grau de atrocidade e de violação de direitos humanos, e, sim de reconhecer os fundamentos estruturantes da nossa realidade. No livro de Daniela Arbex (2013), Holocausto Brasileiro, que apresenta os reflexos do manicômio na vida não só dos sobreviventes da Colônia de Barbacena (MG), mas também de seus familiares, podemos identificar através das fotografias contidas no livro que as pessoas que lá estiveram internadas possuíam determinada cor/raça. Logo, torna-se fundamental racializarmos a história da loucura no Brasil⁹(Passos,2018, P. 16-17).

Todo esse terror, que fora vivenciado impulsionou o movimento de luta antimanicomial. Para Lückmann e Rodrigues (2007), assim como muitos movimentos no Brasil as primeiras manifestações no setor da saúde ocorreram no período da ditadura militar (1964-1985). Pois, é com a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e do movimento de Renovação Médica (REME) em 1976 que se fomentaram nesses espaços discussões e pensamento crítico da área. Logo, a partir

dessa articulação em seu interior que emerge o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM).

Que tem fundamental importância no levante de denúncias, acusações ao governo do regime militar e o sistema nacional de assistência psiquiátrica. Além disso, as demandas trazidas do movimento também incluíam aumento salarial, redução de horas de trabalho, críticas ao tempo de internação e o uso do eletrochoque, pensando na humanização dos serviços. Ademais, o MTSM também iniciou uma greve de 8 meses em 1978 que teve grande repercussão da imprensa para o debate.

Nesse sentido, no ano de 1979, ocorreu o I Encontro Nacional do MTSM fora realizando se aliando com outros movimentos sociais pensando em trabalhos alternativos na assistência psiquiátrica. Com isso, em 1987, em Bauru/São Paulo, aconteceu o I Congresso Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental e o II Congresso Nacional do MTSM.

Ambos os eventos produziram documentação importante para o marco inicial do movimento. Ademais no II Congresso Nacional do MTSM registra a presença da associação dos usuários e dos familiares construindo dessa forma uma participação mais ampla, não apenas dos trabalhadores em prol das mudanças nas práticas e políticas psiquiátricas. Todas essas ações culminaram no resultado que viria aparecer mais de uma década depois, com a aprovação da Lei da Reforma psiquiátrica nº10.216, em 2001. Que representou uma conquista para a garantia da liberdade e direitos das pessoas em sofrimento psíquico e a construção de laços dos profissionais da saúde e a sociedade.

2.2. Dona Ivone Lara e a potencialização do cuidado e autocuidado ancestral na reforma psiquiátrica brasileira.

*Um sorriso negro, um abraço negro
Traz.... felicidade
Negro sem emprego, fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade*

*. Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
Negro é...a solidão*

*Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino é amor
Negro também é saudade (um sorriso negro!)
Sorriso Negro – Dona Ivone Lara*

Dona Ivone Lara, mulher negra, assistente social e enfermeira também especializada em Terapia ocupacional, teve importante atuação na luta antimanicomial juntamente com Nise da Silveira, embora sua participação seja invisibilizadas. Neste momento, argumentaremos a respeito da sua relevância para o tratamento humanizado e a Reforma Psiquiátrica.

Nascida em 13 de abril de 1921, em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Dona Ivone Lara, for a primogênita de seus pais que também eram músicos, Emeretina Bento da Silva e José da Silva Lara. Preocupados com sua educação, seus pais a matricularam no Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, que era um internato, reconhecido e severo da região, também com aulas de música, permanecendo ali até sua maioridade.

Infelizmente, aos 13 anos dona Ivone Lara se tornara órfã, com isso nas saídas do internato de forma quinzenal, ela passará a residir na casa da tia Maria de Souza, no bairro de Madureira no Rio de Janeiro. Essa mudança expunha as diferentes realidades: *“de um lado a realidade da classe média vivenciada na escola e na universidade; de outro, o da família pobre de tradição cultural negra. Portanto, era fruto de diferentes influências de classe e de tradição cultural”* (Scheffer, 2016, p. 488).

Para Passos e Moraes (2021), a trajetória de dona Ivone Lara caminhou por duas vertentes, um lado do qual o provimento familiar era fundamental, e por outro lado, a nutrição da sua paixão pelo samba que deveras maneiras fora silenciado.

A organização dessas festas de samba teve demasiada participação e protagonismo de mulheres negras, que eram chamadas de Tias, assim como Tia Ciata que abordamos anteriormente. De acordo com Scheffer (2016) o samba era executado na sala de visitas e após o jantar, o batuque e o candomblé eram realizados.

É importante relembrar, que ao discorrermos anteriormente sobre o cuidado como tecnologia ancestral e a maternagem negra destacamos, enquanto uma perspectiva matrilinear o cuidado e o autocuidado como nutrição, solidariedade e

reprodução de força entre a população afro-brasileira. Força essa que reverberava na música enquanto arte e também parte dessa formação do cuidado coletivo.

A partir do uso da música articulada aos saberes e a cultura popular, oriunda da resistência negra, torna-se possível trabalhar com a perspectiva de aqilombamento, o que significa a adoção de um acolhimento originário das estratégias de resistências protagonizadas pela a população negra brasileira (David, 2018). (Passos; Moraes,2021, P. 82)

Dito isso, para Scheffer (2016) dona Ivone Lara agregou para o seu legado fazer parte da resistência negra do Rio de Janeiro, o que Pierre Bourdieu denominou “*intelligentsia proletaroides*”, que era o estabelecimento de relação com os artistas, escritores que na época que tinha associação com a “*vida boêmia*”.

Isso fica implícito, quando em 1943, após se formar como enfermeira, Dona Ivone Lara fora morar com seu tio Dionísio, que além de motorista de ambulância também estudava música em sua disponibilidade. E era também na casa de seu tio Dionísio que “*ocorriam reuniões musicais com as presenças de Jacob do Bandolim, Pixinguinha e outros mais, e a atenção de Ivone era direcionada para os detalhes dos arranjos aí produzidos*” (Moreira, 2013, p. 78).

No que se referia sua vida profissional, Dona Ivone Lara atuou como enfermeira na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro. E em seguida, iniciou seus estudos e formou-se no curso de Serviço Social. Já como assistente social começou a trabalhar no Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II, local que teve como supervisora Nise da Silveira continuando até sua aposentadoria (1947-1977), Passos e Moraes enfatiza sua atuação:

Em seu trabalho com Nise da Silveira, Ivone Lara realizava “articulação extramuros entre paciente, família e comunidade” (Scheffer,2016, p. 491), além de coordenar oficinas musicais aos internos. De acordo com Burns (2006), havia o “Dia para as doentes”, nesse momento ocorriam apresentações realizadas pelos pacientes que desejavam expor, dançar ou cantar, sendo esse o início da instituição do método de Nise (Passos; Moraes,2021, P. 79.)

Nise da Silveira, foi uma médica psiquiatra brasileira que segundo Passos e Moraes (2021) depois de sua experiência na prisão, passou a questionar as novas técnicas desumanas utilizadas como: choques elétricos, cardiazólico e insulínico. Recusando-se então, a se utilizar desses tratamentos modernos em sua atuação, pois os consideravam como técnicas de tortura.

Após essa experiência, Nise foi readmitida no serviço público, agora como coordenadora de um setor que era desprestigiado e subalternizado do Hospital que era a seção de terapêutica ocupacional. É válido citar também, que em sua trajetória profissional Nise teve como referência Carl Jung, do qual segundo Passos e Moraes (2021) até teve um encontro com o psiquiatra chegando também a trocar cartas com ele.

Por outro lado, Dona Ivone Lara também se utilizava como metodologia de intervenção do seu repertório musical. Do qual analisamos enquanto também parte da sua trajetória e influência sobre o cuidado e o autocuidado ancestral de forma potencializada. Logo, a formação desse cuidado que fora se construindo sob a supervisão de Nise da Silveira em Engenho de Dentro foi atravessado pela música, “sendo Ivone Lara uma das responsáveis por isso” (Passos; Moraes,2021, p.80).



Figura 1 – Dona Ivone Lara no Engenho de Dentro – Fonte: OGLOBO

Com isso, Scheffer (2016) analisa que a Casa das Palmeiras da qual Nise fazia parte juntamente com Dona Ivone Lara tinha como objetivo a redução das

reinternações através de laços bem afincados entre o hospital e a vida na sociedade. Essa participação fundamental do Serviço Social e a saúde mental fora também impulsionada, já que se utilizava da abordagem grupal com os pacientes e os familiares, trazendo impacto no arsenal técnico-operativo e ético-político, que no contexto da época a profissão para o final da década de 70 passaria pelo processo de ruptura no movimento de “*Reconceituação*”.

Além disso, o trabalho profissional na Casa das Palmeiras, orientado pela dra. Nise da Silveira, abriu amplas possibilidades para inovar sua prática profissional por meio de grupos, a interdisciplinaridade e o uso de recursos artísticos. Por outro lado, acreditamos que o trabalho de assistente social na saúde mental também influenciou nas suas composições, principalmente na valorização da mitologia negra, da loucura, do sonho, dos afetos e da liberdade (Scheffer,2016, p.492).

O pioneirismo de Nise da Silveira no tratamento de saúde mental e a metodologia de Dona Ivone Lara em sua grande magnitude colaborou, para a produção de tratamentos humanizados rompendo com a atuação violenta da época. Como fora trazido anteriormente ao abordamos sobre a história da saúde mental no Brasil, o MTSM teve demasiada importância para a reforma psiquiátrica e a ponte entre os trabalhadores, os usuários e familiares foi essencial para isso. Logo, após a constituição de leis orientadas para os direitos fundamentais dos cidadãos e a autonomia dos usuários em sofrimento psíquico, fica o questionamento a quem será responsabilizado o cuidado em liberdade? E esse cuidado tem assistência?

2.3. A política de saúde mental e a construção do cuidado e autocuidado em liberdade, quem é que cuida?

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma inovação baseada nos elementos do Welfare state¹⁵, e em contrapartida estava 40 anos atrasada em relação aos países

¹⁵ A definição de welfare state pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente. (Gomes,2006, p.203)

desenvolvidos. Dessa forma, o país implementou avanços no campo dos direitos sociais na entrada do Neoliberalismo¹⁶ passando por vários impactos na realidade.

Dito isso, é válido citar que o período da década de 90 é marcado pela defasagem dos direitos, vinculada aos interesses da classe dominante. Em sua contextualização sócio-histórica na perspectiva mundial da época estava ocorrendo um reordenamento societário, e essa era uma ofensiva burguesa para a flexibilização laboral e enfraquecimento sindical, mascarada então numa reestruturação produtiva (Salvador,2010)

A acentuação do capitalismo na sua versão mais neoliberal, instrumentalizada desde os anos 90, teve desacelerações e reveses no caso da América Latina que nos anos 2000 com governos progressistas e políticas redistributivas, não mudou a estrutura do sistema. (Santos; Ribeiro,2021, P.345)

Um dos mecanismos utilizados para o subfinanciamento é na Introdução em 1994 do DRU (Desvinculação das Receitas da União), que é utilizado para redirecionar os gastos orçamentários obrigantes em 20% do fundo público. Apesar da estrutura política da época, os movimentos e as articulações entre os movimentos de trabalhadores nas circunstâncias atuantes foram essenciais para a elaboração de legislações que visassem os direitos, a autonomia e o cuidado em Saúde mental com respeito e qualidade.

As Legislações que se seguiram colaboraram para a tentativa de quebra do estigma de irracionalidade e periculosidade e buscaram a garantia dos direitos sociais e civis dessa parcela da população. Duas legislações merecem especial atenção: A Lei nº 8.742, de 1993, da Assistência Social, e a Portaria nº 106, de 2000, do Ministério da Saúde. A primeira regulamentou, entre outros itens, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa com deficiência e ao idoso. A segunda criou o serviço de Residência Terapêutica (SRT) em saúde mental para o atendimento dos egressos dos Hospitais psiquiátricos e internos dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). Vinculado aos direitos sociais e civis, o serviço visa garantir moradia a esses indivíduos e sua volta ao convívio social. (Costa; Lotta,2021, P. 3474)

¹⁶ O neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970. (Andrade, 2019, p.221)

Em seguida, o resultado de todos movimentos democráticos visando aos direitos fundamentais, se incide na criação do Sistema único de saúde (SUS) regulamentado pelas leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que veio para “*descentralização da administração da saúde no país, à mobilização de profissionais e a mudanças sociais e culturais da sociedade brasileira*”(Almeida,2019, p.2),que também contribuíram para aprovação posterior da Lei nº10.216/2001 da Reforma Psiquiátrica.

Nesse processo foi se reestruturando uma reforma na concepção do modelo de atenção a saúde mental, visando o fechamento dos leitos psiquiátricos para a criação de uma rede que substituísse os paradigmas manicomial reconhecendo os direitos de cidadania. “*tendo como núcleo os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que se inspiravam nos centros de saúde mental desenvolvidos na Itália e em outros países europeus*” (Almeida,2019, p.2).

Nesse sentido, foram instituídos os Centros de Atenção Psicossocial através da Portaria Nº 224/1992. Torna-se importante destacar que foi somente após Lei nº 10.216/ 2001, que dispôs sobre a proteção e os direitos da pessoa com transtorno mental, que teve início o redirecionamento do Modelo assistencial em Saúde Mental, mediante a implantação de equipamentos denominados Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Esses novos modelos de atenção constituíram a construção de uma Rede de Atenção orientada à substituição da lógica de internação hospitalar. (Carvalho Araújo; Goulart Joazeiro, 2022, P. 433)

Outro programa angariado pela a Lei nº 10.216 foi o Programa de Volta para Casa (PVC) Instituído pela Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003 que foi uma forma de ampliar as redes de relação fora do ambiente hospitalar, também para a garantia de uma autonomia. Ademais, com esse programa se garantia um auxílio para restituir o direito da moradia e liberdade, salvo em casos em que a pessoa não conseguisse exercer os atos da vida pessoal civil, sendo assim o benefício iria para o representante legal.

Almeida (2019), relata que entre 2001 e 2014 a partir dessas mudanças, houve uma redução visível dos números dos leitos dos hospitais psiquiátricos, de 53.962 em 2001 para 25.988 em 2014. Dessa forma, a desinstitucionalização foi se seguindo de maneira progressiva articulada com novas elaborações e complexidades como é o caso da portaria GM/MS nº336/2002 “[...]que estabelece as modalidades de serviços

CAPS, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional conforme as diretrizes da referida Portaria e posteriormente a III e IV CNSM” (Carvalho Araújo; Goulart Joazeiro, 2022, P. 433).

A partir de 2002, novos tipos de CAPS começaram a ser criados, com o objetivo de atender populações com necessidades específicas. Assim, foram criados e incorporados à rede de saúde do SUS os CAPS-I, para prestar atendimento a crianças e adolescentes, e os CAPS-AD, para atender pacientes com problemas relacionados ao uso de álcool e abuso de substâncias. Em 2006, havia 673 CAPS para adultos e 66 CAPS especiais para crianças e adolescentes. Em 2014, existia um total de 2.209 CAPS 2, e em 2017 esse número tinha subido para 2.462. (Almeida, 2019, p.3)

Ademais, Costa e Lotta (2021) também revelam o impacto positivo que teve a portaria nº3088 de 2011, que insere a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no SUS, possibilitando integralidade interdisciplinar no que se refere ao atendimento à saúde mental. Podendo a mesma integrar os serviços específicos da saúde mental para os outros serviços do SUS. Além disso, também ficou instituído no que dispôs a gastos e a implantação do Serviços Residências Terapêuticas (SRT) dentro da RAPS por meio da portaria nº3.090.

Também é importante ressaltar, o trabalho das mulheres negras cuidadoras nas SRT. Passos (2017) expressa que identifica atribuições que se assemelham entre as trabalhadoras negras do cuidado no século XXI e as mulheres negras livres e escravizadas nos hospícios do século XIX. *“Essa relação está vinculada às desigualdades existentes na formação social brasileira que se encontram estruturadas nas diferenças de classe e raça”* (Passos, 2017, P.86).

Além disso, para o exercício do trabalho do cuidado na saúde mental Passos (2017) sinaliza que a formação anterior não é necessária e isso acaba sendo uma justificativa para a precarização do trabalho realizado por mulheres negras. O que entendo também como herança do racismo científico detalhamento construído como abordamos anteriormente, através de Costa (2021) que deixou raízes mesmo em contexto de pós reforma Psiquiátrica.

No que se refere às residências terapêuticas, é importante lembrar que sua organização é em formato de casa. Apesar de constar na legislação como serviço — para fins do recebimento do seu financiamento e da contratação da equipe —, essas moradias encontram-se no seio do território e da

comunidade. Portanto, as cuidadoras possuem um papel extremamente importante na construção do diálogo com a comunidade, na viabilização da autonomia e na emancipação política desses sujeitos. Ao mesmo tempo, é viável localizar, nesse cotidiano, práticas de cuidado com caráter maternalista, pois em algumas situações as próprias trabalhadoras desconhecem o propósito do seu Trabalho, recorrendo aos recursos “naturais” do cuidado feminino. Um dos elementos que fortalece essa naturalização encontra-se na não exigência de uma formação e no não reconhecimento dessa ocupação como profissão. Isso não quer dizer que não seja possível a reprodução dessas práticas com uma formação, entretanto, o que vem ocorrendo é um certo fortalecimento do cuidado vinculado à determinada “essência feminina”. (Passos,2017, P. 88)

Apesar dos dados apontando as drásticas reduções dos leitos em hospitais psiquiátricos, como abordamos antes a respeito da lógica neoliberal e a atuação direta na defasagem de direitos, em 2016, com as políticas de austeridade fiscal, realizada pelo presidente Michel Temer, fora aprovada a Emenda Constitucional nº95 de 2016 que congela os gastos públicos, impactando imediatamente a política de saúde mental. Além disso em 2017 também se exerce uma ação que vai em direção oposta a luta antimanicomial com a portaria GM/MS. N°3855/2017 e a nota técnica nº11/2019.

A entrada oficial e o financiamento das Comunidades Terapêuticas, a Portaria GM/MS nº. 3855/2017, a Nota Técnica nº. 11/2019 e sua “nova” política de Saúde Mental e a “nova” política de drogas revelam os retrocessos e desafios dos programas e serviços no campo da Saúde Mental e de Álcool e outras drogas, que se intensificam no final de 2020, em meio ao agravamento da crise sanitária e numa crescente agudização da crise política, econômica e social no país. Uma verdadeira contrarreforma baseada tanto no discurso de valorização da abstinência, como na lógica manicomial, que aprofunda o estigma da loucura e da segregação em detrimento da lógica da autonomia, do cuidado em liberdade e no território e da participação dos usuários, conforme preconiza o modelo de atenção psicossocial da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial no Brasil. (Carvalho Araújo; Goulart Joazeiro, 2022, P. 436)

Dito tudo isso, ao analisarmos numa trajetória progressiva a evolução e as fragilidades da política de saúde mental na sociedade atual. Também devemos debater sobre o cuidado aos usuários exercido pela família seguindo os fechamentos dos manicômios, dando continuação ao tratamento em liberdade.

Ao entrar no campo da saúde mental me graduando em serviço social, como estagiária e extensionista, sendo mulher negra antimanicomial e antirracista me deparei com demandas no que se referiam a viabilização de direitos, tanto quanto dos familiares, como dos usuários e até mesmo da equipe. Através de observações,

pesquisas e trabalhos para disciplinas acadêmicas, me foi requerido a práxis em demasiadas situações.

Enquanto estagiária, compreendi que o letramento racial enquanto profissional é necessário para entender atravessamentos institucionais com base no racismo estrutural que os usuários da saúde mental passam, e organizar estratégias para combater a discriminação está previsto na Resolução CFESS N 1.054, de 14 de novembro de 2023 Art. 2:

O A assistente social deverá contribuir, no âmbito do exercício profissional, para a reflexão ética sob as necessidades do combate ao preconceito; a discriminação étnico-racial; para o fomento de ações antirracistas e a eliminação de todas as formas de racismo.

Entretanto, nem sempre enquanto categoria profissional nossos saberes privados e capacidade de análises são levados consideração quando em diálogo com outros profissionais de outras categorias, no que se refere a instituição hospitalar psiquiátrica principalmente, por mais que tenhamos avançado na luta antimanicomial, a hierarquia desses ambientes são fatores que contribuem para a colonidade do saber (Quijano,2005) médico, enquanto uma profissão que por muito tempo fora elitizada e utilizada para fins retratados nesse trabalho como o racismo científico trazidos por Costa(2021).

Fazendo-se necessário a interlocução e integralidade desses saberes nos espaços de saúde. Durante meu período como estagiária em um hospital psiquiátrico, participei de reuniões de equipe e conversas à respeito dos caso dos usuários. Ademais, também me fora abordado que o Serviço Social conquistou um lugar para que além das questões hospitalocêntricas, medicamentosas, as questões sociais que perpassam os indivíduos e lhe causam sofrimento psíquico também fossem apontadas.

E ainda que esse diálogo seja possível, a utilização da eletroconvulsoterapia (ECT) enquanto um tratamento agora seguido uma roupagem “humanizada” ainda possui determinação médica, que ainda que converse com outras categorias se mostra muitas vezes irreduzível ao seu não uso. Sendo de fato um tópico polêmico e de amplo debate no campo dos tratamentos em saúde mental.

Para além desse contato em equipe, em um dos casos que atuei com supervisão, me deparei com uma mulher negra, grávida de nove meses que estava internada em sofrimento psíquico. Durante toda a situação, fora enfatizado a importância de que a usuária estivesse fora da internação quando entrasse em trabalho de parto para que não houvesse a possibilidade de retirada da criança, o que poderia piorar o seu quadro clínico, já que a mesma falou do desejo de ficar com a criança.

Tendo isso em mente, fomos em equipe para a Central de Recepção de Adultos e Famílias (CRAF), para um arranjo de um abrigo temporário já que a mesma até possuía possibilidade de uma rede de apoio familiar, mas não naquele momento com a previsão do nascimento em uma semana, fazendo-se necessário a articulação com os abrigos. Conseguimos, porém me faz refletir sobre a morte em vida dos corpos negros em diversas esferas da sociedade como aborda Passos (2020).

E em relação a ser mulher e negra como aborda Gonzalez (2018), a concepção do direito a maternidade, ao afeto e a família são retirados desde a colonialidade como percorremos no capítulo 1, só que no momento atual é por meio da violência estatal que de diversas maneiras pregou o genocídio da população negra: adentrando em comunidades de forma bruta, na criminalização do aborto, inviabilizando o direito de um procedimento de qualidade e segurança, fazendo com que a mulher seja submetida a risco de morte em clínicas clandestinas.

Ademais, quando se tem a criança, muitas vezes em condições de falta de subsistência causada pelo sistema capitalista, acaba por tornar-se uma pessoa em situação de rua, que também está sujeita a retirada compulsória de bebês, também retirando o direito de ser mãe e a maternidade.

Percebe-se que tal movimento está intrínseco na formação sócio-histórica brasileira oriundas de base cientificamente racistas. E quando falamos do efetivo exercício do cuidado, as famílias exercem um papel fundamental e de responsabilização pautado em lei na constituição da criação dos indivíduos, e sem os aparatos necessários a sobrecarga acaba sendo um fator determinante para o adoecimento de quem cuida.

Por certo, nos grupos do Projeto “*Mulheres cuidadoras*”¹⁷ em que fui ouvinte e atuei como moderadora, as falas, desabafos e ponderações eram sempre

¹⁷ Site disponível, disponível: Linktr.ee/mulherescuidadoras

atravessadas por algumas questões em comum: a sobrecarga do cuidado, a familiar cuidadora, a genderificação desse cuidado e a falta de políticas sociais que garantissem também a subsistência das cuidadoras o que culminaria na “feminização da pobreza”¹⁸.

Conclui-se que a “feminização da pobreza” é consequência da forma de participação da mulher no mercado de trabalho, diante dos seguintes fatores: a) prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais a remuneração paga é baixa; (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal. (MPT,2024, p.15)

Para refletirmos a respeito disso, entendo que antes de abordarmos sobre o Familismo, também podemos conceituar rapidamente o conceito de familiar segundo o dicionário Aulete caldas, “*entende-se família como um agrupamento por parentesco, ou não consanguíneo do qual se dá afinidade às pessoas que convivem juntas, assim, uma protege a outra em razão do sentimento de afeto, carinho e pertencimento ao grupo*”.

Logo, Gomes (2024) pontua a estrutura familiar dentro do desenvolvimento capitalista, e sua dinâmica como complexa para pensar num cuidado em coletividade estando ela submersa e moldada para os interesses individuais.

No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo, da divisão sociotécnica do trabalho, do Estado e da propriedade privada, há o surgimento de uma forma particular de família, a família monogâmica. Essa última, também como uma necessidade para garantir a reprodução do sistema do capital, ancorado na ideologia da família que toma os espaços da vida em sociedade para a funcionalidade do capital. Isso quer dizer que o modo de sobrevivência das famílias também se modificou conforme o desenvolvimento das forças produtivas. Essa transformação societária marcou a divisão da sociedade em classes, onde uma pequena parcela da população detém dos meios de produção e os utiliza para exploração da força de trabalho de grande parte da classe trabalhadora. Levando em consideração a propriedade privada na sociedade capitalista, o que é produzido pela força de trabalho humana não está sobre a posse do sujeito que produz, mas se torna mercadoria de outros, desse modo, leva a um estranhamento do objeto em relação ao trabalhador. O trabalho e seu produto nesse contexto são coisas que o dominam. Logo, o trabalho deixa de se realizar como atividade vital para a reprodução social, e passa a se realizar como algo alienante, pois os indivíduos não se reconhecem

¹⁸ A feminização da pobreza é uma expressão cunhada pelo feminismo na década de 70 para explicar o empobrecimento progressivo das condições de vida das mulheres. (MPT,2024, p.15)

naquilo que produzem, e nem como sujeito em uma coletividade. (Gomes,2024, P.36)

Dito isso, o estado em sua centralidade atua na garantia da reprodução social como juntamente na manutenção da exploração da classe trabalhadora. Logo, os direitos sociais não se realizam de forma coletiva, pois os mesmos são responsabilizados pelo uso ou não dos direitos, programas e benefícios que são ofertados. Expressando a contradição do capitalismo nas políticas do bem comum.

Sendo assim, a psicologização das relações sociais abordada por Gomes (2024) é um fator decisivo para externalizar do capitalismo a responsabilidade sobre as expressões da “questão social” que é estruturada pela questão racial, dando para ela respostas morais. Ou seja, na régua das normas morais que estão intrínsecas na sociedade sua efetivação é ponderada a partir da sua universalização no campo da educação, do trabalho, e da espiritualidade. Tornando a imposição do controle social como também pauta formada sob o seio familiar.

O movimento da psicologização das relações sociais representou o alicerce na consolidação do conservadorismo moral, e que também levou ao tratamento individualizado e moralizado das expressões da “questão social” na formação sócio-histórica brasileira. Portanto, temos aqui a base material e ideológica para a construção do familismo (Gomes,2024, P.42)

O familismo¹⁹ é a responsabilidade da família no que se refere a cuidados dos seus membros, enquanto dever além do Estado reconhecida como instância de proteção social nos principais diplomas legais do direito brasileiro. Ao analisar a constituição Federal de 1988 nos artigos 227 e 230 é possível observar o papel da família enquanto instância de proteção social dos seus membros.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

¹⁹ Esse debate a respeito do Familismo também deve pensar em outras vertentes, além da ocidental, pois no que se refere a promoção do cuidado no eixo civilatório africano que é discutido nesse trabalho “é a família que cuida”. Logo, pensando no processo de simbiose da cultura africana no Brasil, dialogando com o cuidado coletivo e a construção da maternagem negra dentro dos terreiros abordadas anteriormente em diálogo com Eleotério(2023) e Fonseca(2021) é necessário observar outras percepções a respeito do cuidado.

dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL,2024).

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (BRASIL, 2024).

Dessa forma, para Gomes (2024) a centralidade da família para a formulação das políticas e direitos sociais foi imprescindível para a naturalização da família como instituição essencial para o capitalismo, com também finalidade de desresponsabilização dos deveres do Estado. Dito isso, pensar gênero e raça no que concerne atribuição familiar desses deveres nos mostra que o familismo presente nas políticas reforçam as obrigações de cunho patriarcal entre seus membros, aumentando também a pressão e julgamento para as mulheres.

As mulheres dedicam, o dobro de horas aos cuidados domésticos que em relação aos homens, quando um familiar precisa de cuidados, pela imposição moral as mulheres se sentem na obrigação de serem responsáveis pelo cuidado. E isso é enfatizado numa pesquisa realizada por Renk, Buziquia, Bordini sobre “Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a Internalização da ética do cuidado” onde foram entrevistadas 18 mulheres responsáveis pelo cuidado de um familiar dependente.

As participantes responsáveis pela saúde e bem-estar do familiar revelaram a experiência deste processo e também a internalização da ética do cuidado^{1,4,7,12}. A dedicação ao cuidado do familiar implica em colocar a vida do outro em primeiro lugar, declinando de seu tempo de lazer e de sua vida pessoal, como mostram alguns relatos: “Primeiramente me dedico a ‘ele’[marido], quando tenho tempo cuído da casa e das minhas necessidades” (E-2); “Cuido da ‘mãe’ em tempo integral. Não há tempo para o lazer, exceto os encontros familiares [...]” (E-3); “Eu fico em casa praticamente os sete dias da semana. Só saio de casa para ir ao supermercado e muito eventualmente a algum evento ou ir à casa de algum familiar” (E-4); “Parei no tempo, faço como posso, em primeiro lugar a ‘mãe’ [...]”, revela a E-1. Estas vozes mostram a necessidade de políticas públicas efetivas de amparo à saúde e assistência social, para que as cuidadoras tenham uma vida digna³³. (Renk; Buziquia; Bordini,2022, P. 420)

Os relatos apontados pelas mulheres cuidadoras é algo constante na esfera do cuidado, se tratando da abdicação de si para exercer tal trabalho de forma individualizada e não remunerado. Dito isso, quando mulheres negras exercem esse papel enquanto cuidadoras, as mesmas além de serem atravessadas pela misoginia,

e as constantes contradições do sistema capitalista, também são vítimas do racismo em suas esferas mais desumanizantes.

2.4. O processo de invisibilização do trabalho do cuidado no bojo da luta antimanicomial.

“A carne mais barata do mercado é a carne negra”

- Elza Soares

O trabalho do cuidado doméstico é desde sua origem colonial estigmatizado e mal remunerado, a história da luta das mulheres pelo reconhecimento e direitos trabalhistas, constituem a formação social brasileira. Dito isso, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI,2024) define como cuidado, atividades realizadas para o sustento da vida visando o bem-estar, quer elas apresentem algum grau de dependência ou não.

Dessa forma, o cuidado é um direito e uma necessidade inerente a vida humana, pois todas as pessoas demandam ou ofertam cuidados durante a vida, sendo elas tarefas cotidianas no ambiente doméstico e na organização dos domicílios, assim como o cuidado direto com pessoas com algum grau de dependência que demandam auxílios.

De acordo com (GTI,2024) e a Cartilha: Trabalho, gênero e cuidado do Ministério Público do Trabalho (MPT,2024) nos levantamentos de 2019, trazidos pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c) do IBGE, as mulheres dedicavam em média, 21,7 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado enquanto os homens dedicavam 11 horas. Para as mulheres brancas essa cifra era de 21 horas semanas e para as mulheres negras 22,3 horas por semanas.

Além disso, para as mulheres com a renda inferior a $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo essa quantidade de horas semanais subia a 25 horas, e diminuía a 14 horas aquelas com renda superior a 8 salários-mínimos. De acordo com o MPT (2024), essa diferença mesma que pouca representava ao longo de um ano, que as mulheres negras realizam quase 68 horas a mais de trabalho de cuidados não remunerado que as mulheres

brancas, o equivalente a uma semana e meia adicional de trabalho por ano, considerando a jornada legal de trabalho de 44 horas semanais de trabalho.

Por isso, que de acordo com a nota informativa Nº 1/2023 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e família (SNCF), a divisão do trabalho de cuidados no Brasil se caracteriza pelas desigualdades de gênero, classe e raça. Pois, grande parte de trabalho realizado no Brasil é responsabilidade de mulheres negras, no que se refere ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado exercidos em casa.

Essa alta quantidade de trabalho doméstico e cuidado sem remuneração, cria dificuldades para as mulheres em diversos aspectos, no que se refere a trajetórias educacionais, formação profissional, inserção no mercado de trabalho e a participação na vida pública para a igualdade de oportunidades em relação aos homens, todos esses obstáculos levam para a reprodução da pobreza.

Segundo o GTI Cuidados (2024) tal afirmação se evidencia quando se analisa os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c,2021) que apresenta que 30% das mulheres em idade ativa e fora da força de trabalho, não estavam procurando emprego devido às suas responsabilidades com os filhos e outros dependentes. Entre as mulheres negras o percentual tinha um acréscimo para 32% em comparação para com as mulheres brancas que era de 26,7%, o que nos leva a apontar essas mulheres como parte da população “*nem nem*”²⁰, que em 2022 segundo a Cable News Network (CNN,2024) totalizou 10,9 milhões de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com GTI Cuidados (2024) a sobrecarga do trabalho de cuidados não remunerado leva a pobreza de tempo, o que contribui para a dificuldade nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho laboral. A pobreza de tempo é, nesse sentido, uma realidade que se impõe no cotidiano de vida das mulheres, sobretudo, mulheres negras. Logo essa atual organização social do cuidado gera e reproduz a pobreza e a desigualdade de gênero e raça.

Dessa forma, Para Carneiro (2003) o imaginário social brasileiro relega as mulheres negras a uma condição de subalternidade, atribuindo-lhes papéis sociais

²⁰ Nome dado aos jovens de 15 a 29 anos em idade ativa, que não trabalham e nem estudam. (Senado Federal,2018)

específicos. Ainda de acordo com os dados do MPT (2024) no que refere ao rendimento das mães solo por recorte de raça, é observado uma grande diferença em relação o das mães brancas/amarela para com os das mães negras. Pois, enquanto a média de rendimento das mães solo brancas/amarelas era de R\$ 2.772,00 em 2022, o das mães negras era de R\$ 1.685,00. Com isso, os dados expressam as mulheres negras na base da pirâmide da desigualdade de renda no Brasil.

Por outro lado, quando analisamos os trabalhos do cuidado remunerado o mesmo também é marcado pelas desigualdades de raça e gênero. MPT (2024) indica que no Brasil quase 75% dos postos no setor do cuidado é desempenhado por mulheres. O equivalente de forma aproximadamente a 18 milhões de mulheres ocupadas nesse setor, ademais, não é somente um espaço de maioria ocupado por mulheres, como também é um espaço de mulheres negras. Como revela, os dados de 2019, em que 45% de todos os postos de trabalho do setor do cuidado estavam ocupados por mulheres negras, enquanto 31% por mulheres brancas e 24% se dividiam entre homens brancos e negros.

Além de legitimar a desigualdade e socializar grupos dentro de papéis subalternos na economia, o racismo (assim como o sexismo) funciona com uma ideologia que tanto cria como restringe as expectativas de indivíduos e grupos. (Santos; Rivero,2021, P.342)

Quando falamos do trabalho do cuidado no que se refere o campo da saúde mental auxiliando o cuidado em liberdade, devemos pontuar sua importância para a luta antimanicomial, garantindo assim para os usuários um cuidado fora das instituições, contribuindo para a desinstitucionalização pensada e viabilizada pela lei nº 10.216 da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Por isso, políticas que visem a garantia de assistência aos cuidadores familiares são necessárias para que evitem a sobrecarga, estafa e doenças trazidas pela individualização do cuidado reforçado pelo sistema capitalista em que vivemos. Também quando falamos das cuidadoras profissionais, também é necessário pensar nos aspectos trabalhistas e no seu reconhecimento fora do âmbito da informalidade, enquanto um trabalho que sustenta o bojo da luta antimanicomial, realizado em sua maioria por mulheres negras.

Em virtude de todos os fatos mencionados, numa pesquisa realizada pelo Data Senado (2022) para a elaboração da Política Nacional de Cuidados, informa que 41% dos brasileiros conhecem alguém que depende da ajuda de um parente ou cuidador para a atividades do dia a dia: como comer, tomar banho, trocar de roupa ou tomar remédios.

Durante a pesquisa, os entrevistados revelam que o acesso a planos de saúde é uma das barreiras, pois a maioria não possui condições financeiras para possuir um logo em virtude das suas doenças ou deficiências pré-existentes. Dito isso, ainda na mesma entrevista, se pontua a diferença entre o cuidado familiar e o profissional e suas respectivas importância.

Em minha trajetória acadêmica, enquanto extensionista do projeto mulheres cuidadoras, me fora observado em diversos momentos participativos, o quanto uma cuidadora profissional para as mulheres familiares cuidadoras seriam de grande ajuda para as mesmas, contudo a renda muitas vezes define quem e quais mulheres terão recursos para custear uma profissional, em sua maioria observo que as mulheres do projeto são familiares, brancas e do Estado do Rio de Janeiro, e devido a isso, os relatos sobre a inserção no mercado de trabalho serem uma dificuldade são recorrentes, enquanto mulheres que exerce o trabalho do cuidado não remunerado.

Em um dos encontros de acolhimento do projeto que é realizado de forma online que participo e modero, ao entrar novas participantes no grupo percebo de imediato que todas eram mulheres negras: Em um dos relatos de uma das mulheres cuidadoras familiar, é enfatizado as dificuldades de exercer esse cuidado na periferia muitas vezes atravessado pela a violência estatal nas comunidades que fomentam as crises do seu filho com Transtorno do Espectro Autista (TEA), além disso, enquanto mãe negra e solo o preconceito é demasiado, o que contribui para os obstáculos que se enfrenta na esfera institucional.

Em outro relato, uma outra mulher negra cuidadora familiar, expressa sobre o cuidado que realiza com o seu filho com TEA enquanto enfrenta o tratamento ela mesma de uma doença. Recém divorciada, mãe solo que trabalha em hospital, reitera que durante o tratamento se deparou com o dobro da sobrecarga, e que ao adoecer percebeu que precisava se cuidar, se não conseguiria exercer o cuidado. Além das dificuldades da tripla jornada de trabalho como mulher negra casada e as pressões instituídas no cuidar.

Durante o encontro, tais relatos expressam as dificuldades das mulheres negras enquanto cuidadoras na área da saúde mental, pois a questão social relatada se correlaciona com a questão racial, principalmente, quando o Estado adentra na comunidade de forma abrupta para atuar no genocídio da população negra, dificultando a vida de todos e também prejudicando sua saúde mental.

Enquanto no segundo relato, reflito que o cuidado sem autocuidado é insustentável como forma permanente de existência, sem sucumbir num adoecimento que pode temporariamente interromper o cuidado para com o outro. Por outro lado, no que se referiam as mulheres cuidadoras profissionais, as mesmas apontavam para a precariedade e a vulnerabilidade em que são submetidas ao trabalho do cuidado remunerado, sem uma regulação vigente que as demandem proteção trabalhista.

De acordo com uma pesquisa realizada por Passos (2017), em 2014 foram identificadas nas SRT do Rio de Janeiro, que de 258 cuidadoras, 72% eram negras e 26% brancas. Dessa forma, majoritariamente o trabalho de cuidadora profissional no Rio de Janeiro estava sendo ocupado por mulheres negras. Além disso, Passos (2017) também relata que dessas 258 cuidadoras, 64% possuíam ensino médio completo e apenas 5% tinham ensino superior. Demonstrando a manutenção da invisibilidade e subalternidade desse trabalho realizado por mulheres negras.

De acordo com Data Senado (2022), ambos os cuidados são de extrema importância, para os entrevistados um cuidado não substitui o outro, pois o cuidado técnico é fundamental, da mesma forma que o afetivo, vindo da família. Logo, o ideal seria que os cuidados ocorressem concomitantemente.

Além disso, os entrevistados pelo Data Senado (2022) entraram em consenso no que se referia a garantia de um acompanhamento psicológico tanto para as pessoas cuidadas como para os cuidadores familiares e profissionais, para diminuir os problemas vivenciados por ambas as partes. Essa informação é importante para entendermos que para cuidar é necessário a promoção do autocuidado, algo que aprendi durante minha atuação no projeto mulheres cuidadoras.

Em uma das minhas participações como extensionista, esse aprendizado se fez muito presente: O espaço de convivência é um momento, em que as mulheres do projeto saem do acolhimento virtual e tem um momento para si com outras mulheres acolhendo e sendo acolhidas de forma presencial. Enquanto extensionistas,

produzimos atividades nesses espaços que culminam na reflexão sobre a importância do autocuidado ao mesmo tempo que os oferecemos.

Ao arrumarmos o espaço de convivência, as mulheres cuidadoras se achegam e nos abraçam, trazendo também alimentos cheios de afetos que as outras mulheres também poderão desfrutar, ao serem sinalizadas que também poderiam trazer seus respectivos dependentes familiares, pois entendemos que o cuidado para muitas é realizado de forma integral. Viabilizarmos a ida sem preocupação de “quem cuidará, enquanto tento me cuidar?”.

Dessa forma, nesse espaço de convivência fiquei responsável pela primeira vez em cuidar, enquanto as mulheres responsáveis pelo o cuidado familiar estavam em uma sala, participando das atividades que permitiam o autocuidado que se articulava com a música realizada por uma amiga extensionista do curso de musicoterapia, eu estava em outra exercendo o cuidado com uma criança negra de 11 anos com TEA e um adulto negro também com TEA, as vezes em companhia de uma outra amiga extensionista do curso de psicologia, a arte nesse contexto foi fundamental, pois foi quando começamos a desenhar, pintar, jogar jogos de cartas e de construção que percebi a atenção e entusiasmo aliada a criatividade voltadas ao cuidado.

Por tanto estávamos entretidos que nem percebemos que a atividade realizada em outra sala havia acabado, quando a avó da criança de 11 anos também mulher negra vem ao meu encontro, a mesma me agradece por cuidar e conseguir deixar que ele ficasse um pouco longe dos aparelhos eletrônicos além de se surpreender por ele não tentar também está na mesma sala que ela realizava as atividades, algo que ele faz segundo ela com frequência.

Nesse momento, percebo a importância do cuidado coletivo na viabilização do autocuidado, pois foi o cuidado realizado de forma coletiva que permitiu a produção do autocuidado. Como diz o provérbio africano “*É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança*” reitero que é preciso, não somente de um Estado que reconheça o cuidado como um trabalho não remunerado e viabilize condições necessárias para mulheres cuidadoras. Como também é necessário que resgatemos como tecnologia ancestral matrilinear o cuidado como potência produtora de vida.

Portanto, conclui-se, que segundo a nota informativa N° 1/2023 MDS/SNCF que as mulheres negras são a principal força de trabalho do cuidado remunerado e não remunerado no Brasil. Pois são essas mulheres que preenchem as lacunas das

políticas públicas que permitem que aqueles que são dependentes em algum grau, recebam cuidados necessários para a garantia do seu bem-estar. Além disso, também permitem que um outro conjunto de mulheres brancas de mais alta renda e escolaridade possam ingressar com maiores possibilidades no mercado de trabalho e ocupar cargos em níveis mais elevados de remuneração, poder e decisão.

Portanto, esse trabalho do cuidado, invisibilizado, não ou mal remunerado exercido muitas vezes de forma precária e de desproteção permitiu que o Estado se ausentasse de suas responsabilidades. E isso teve um alto custo para as mulheres negras, que passaram a ser a força maior no trabalho desvalorizado e invisibilizado de baixo custo, que sustenta o cuidado em liberdade e é primordial para a luta antimanicomial.

2.4.1. Rumo a Política Nacional de Cuidado e a promoção do autocuidado

No que foi pesquisado sobre a literatura do campo, o processo para a elaboração da política Nacional do cuidado no Brasil ainda está em processo de construção. Contudo, neste subtítulo temos como intenção refletir sobre de que forma deve ser construída a implementação dessa política e em algumas regiões da América Latina essa discussão já ocorre.

Cepal e ONU Mulheres (2021) aborda que nos regimes de bem-estar ou sistema de proteção social tem como pilar a saúde, educação e a previdência social. Mesmo que em cada país suas características sejam diferentes de acordo com a situação sociopolítica em que vivem. A criação de sistemas nacionais de cuidados vem como resposta a desigualdade do trabalho doméstico e de cuidado entre homens e mulheres, e ao déficit de cuidados enfrentado por alguns países que se denominou “*crise dos cuidados*”:

Esta crise dos cuidados responde por um lado, à dimensão demográfica: nos países da América Latina, a expectativa de vida aumentou como resultado de melhorias na ciência e nos sistemas de saúde, de modo que a população que necessita de cuidados também está aumentando. Por outro lado, a taxa de atividade feminina também tem aumentado desde os anos 90. Estes dois

fenômenos combinados deixam um equilíbrio de mais pessoas para cuidar e menos pessoas disponíveis para fazê-lo, o que torna as políticas públicas de cuidados essenciais (Cepal e ONU Mulheres, 2021, P.14-15).

Por isso, que para Cepal e ONU mulheres (2021) os países devem complementar a proteção social clássica com o eixo de cuidado de forma fundamental, para que assim os Estados reconheçam, redistribuam e reduzam o trabalho de cuidados não remunerado. Ademais, a existência do cuidado enquanto parte dos pilares proporciona a possibilidade de aumentar a eficiência dos outros pilares de bem-estar, e assim fortalecer os sistemas de proteção social.

Como for a trazido anteriormente, as dificuldades enfrentadas no trabalho do cuidado enfatizam a pobreza do tempo, que limita as oportunidades de entrar no mercado de trabalho, para mulheres, sendo sobretudo uma problemática grave para mulheres que lideram famílias monoparentais.

De fato, segundo a CEPAL, os maiores índices de pobreza extrema nos países da região se encontram nos lares monoparentais, 85% dos quais são chefiados por mulheres responsáveis por crianças e adolescentes, o que compromete as possibilidades de crianças e adultos responsáveis por elas desenvolverem uma vida plena (Cepal e ONU Mulheres, 2021, P.16).

Em síntese, para Cepal e ONU mulheres (2021) os países que têm como objetivo enfrentar os desafios da redução da pobreza e da desigualdade devem investir prioritariamente no desenvolvimento de Sistemas de cuidados, a partir de uma perspectiva de direitos humanos em ênfase em gênero, raça, classe e interculturalidade.

A crise econômica e social deixada no mundo causada pela pandemia de COVID-19, agravou a crise atual na organização social de cuidados. Logo, os fechamentos dos centros educacionais e serviços de cuidado em todos os países, impactaram demasiadamente a sobrecarga do cuidado das mulheres em casa durante o período de confinamento.

Ademais, ao investir no sistema de cuidado, o Estado não estará somente administrando com políticas sociais a pobreza estrutural e a exclusão, como também estará transformando em um círculo que gera retornos e contribuição social e

econômica, através do triplo dividendo do investimento em cuidados, abrindo espaço para um Sistema Integral de Cuidado.

Um Sistema Integral de Cuidados pode ser definido como um conjunto de políticas destinadas a implementar uma nova organização social de cuidados com o objetivo de cuidar, assistir e apoiar as pessoas que necessitam, assim como reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidados, que hoje é realizado principalmente por mulheres, a partir de uma perspectiva de direitos humanos, gênero, interseccional e intercultural. Estas políticas devem ser implementadas com base na articulação interinstitucional a partir de uma abordagem centrada nas pessoas, onde o Estado garante o acesso ao direito ao cuidado, baseado em um modelo de corresponsabilidade social (com a sociedade civil, o setor privado e as famílias), e de gênero (Cepal e ONU Mulheres, 2021, P. 23)

Para que as políticas de cuidados possam se tornar um sistema é preciso também desenvolver um modelo em que a governança faça articulação interinstitucional, em nível nacional e territorial, entre as instituições que implementam as ações destinadas a atender a população-alvo que necessitam das políticas de cuidados e sejam eficientes em nível estatal e social.

A concepção do cuidado enquanto direito segundo a Cepal e ONU Mulheres (2021) tem implicação em incorporar a abordagem de direitos como um direcionamento na moldagem de ações, políticas e sistemas de cuidados. Portanto, isso também implica dizer que as pessoas alvo dessas políticas que são sujeitos de direitos, devam ter voz ativa na estrutura, implementação e avaliação das políticas de cuidado, pensando em sua participação social e na criação de métodos que promovam a exigibilidade do Sistema com as ferramentas necessárias.

Definir a corresponsabilidade social como um dos princípios orientadores das políticas públicas implica que tal política é o resultado de uma combinação de esforços entre todos os atores da sociedade que têm a capacidade de ser provedores de bem-estar: o Estado (em nível federal, estadual ou municipal), o mercado, as famílias e a comunidade (Cepal e ONU Mulheres, 2021, P.27)

Logo, a construção de forma gradual de um sistema de cuidados tem que priorizar a definição e a inserção de um modelo de gestão de políticas que sustentem uma lógica sistemática. E para que seja possível, a consolidação de uma arquitetura institucional e a dinâmica da implementação com base constitutiva em mecanismos

sistêmicos são necessários, pois os mesmos também devem promover lógicas de gestão que favoreçam a articulação interinstitucional, dessa forma se informa as 5 políticas que abrangem tanto para quem necessitam de cuidados como para os cuidadores e cuidadoras.

1. Políticas de tempos: como as licenças em razão de nascimento/adoção (maternidade, paternidade e parental) e as licenças para acompanhamento de dependentes:
2. Políticas de recursos ou benefícios: considerando tanto as transferências monetárias para, por exemplo, crianças, pessoas Idosas ou com deficiência para contratação de serviços de cuidado, quanto as transferências monetárias e direitos Previdenciários para cuidadoras/es não remuneradas/os.
3. Serviços: tanto para aquelas populações que requerem cuidado como os serviços de creches, os centros de atenção diurna, os cuidados domiciliares, os serviços de tele assistência, como para as cuidadoras e cuidadores como serviços de formação e treinamento e ainda programas de “respiro” e acompanhamento psicológico.
4. Políticas de regulação e fiscalização: responsáveis tanto por estabelecer padrões de qualidade para os serviços de cuidados oferecidos por instituições, sejam elas públicas, privadas ou comunitárias, quanto a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários para cuidadoras/es remuneradas/o
5. Políticas de transformação cultural: responsáveis por incluir o tema em programas educacionais, campanhas e debates públicos de modo a problematizar a desigual e injusta organização social dos cuidados na sociedade como um todo.
(GTI,2024)

Dito isso, de acordo com GTI cuidados (2024) no que se refere ao Brasil, nessa compressão de reconhecimento do cuidado como um direito e uma necessidade de todas as pessoas, visando a transformação da desigualdade no trabalho do cuidado e doméstico, foi instituído pelo o vigente presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 30 de março de 2023 o GTI que é coordenado juntamente pelo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate À Fome e o Ministério das Mulheres, com o objetivo de produzir um diagnóstico sobre a organização social dos cuidados no Brasil para elaborar uma proposta política e do Plano Nacional de Cuidados.



Figura 2 – GTI – Foto: André Oliveira/ MDS – Fonte:gov.br

Essa política tem como objetivo, reorganizar a provisão de cuidados no país, de forma a compartilhar as responsabilidades entre Famílias, Estado, mercado, empresas e comunidades, a fim de redistribuir também as responsabilidades de gênero. Contudo, é pensando para a garantia do direito ao cuidado a todas as pessoas que dele necessitam e trabalham dele, reconhecendo e enfrentando as desigualdades estruturais, valorando e redistribuindo e atuando na redução do trabalho do cuidado nos cargos familiares.

Em resumo, a reunião de dados e diagnósticos produzidos pelo o GTI são fundamentais, pois tem como protagonistas os atores governamentais desse processo para, partir de um diálogo entre a sociedade civil, estados, municípios e o legislativo, para elaboração de uma Política Nacional de Cuidados com capacidade de enfrentar as profundas desigualdades de gênero, classe, raça/etnia, idade e territoriais, apresentadas nesse presente trabalho de conclusão de curso que são parte da formação sócio histórica brasileira e atuam na manutenção da reprodução das relações sociais e raciais de desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A voz de minha bisavó
 Ecoou criança
 Nos porões do navio.
 Ecoou lamentos
 De uma infância perdida.

A voz de minha avó
 Ecoou obediência
 Aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
 Ecoou baixinho revolta
 No fundo das cozinhas alheias
 Debaixo das trouxas
 Roupagens sujas dos brancos
 Pelo caminho empoeirado
 Rumo à favela

A minha voz ainda
 Ecoa versos perplexos
 Com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha
 Recolhe todas as nossas vozes
 Recolhe em si
 As vozes mudas caladas
 Engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
 Recolhe em si
 A fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 Se fará ouvir a ressonância
 O eco da vida-liberdade.

Vozes-mulheres – Conceição de Evaristo

Este trabalho teve como intuito desvelar a relação da formação social brasileira e o encargo compulsório do cuidado para mulheres negras nos marcos da Reforma Psiquiátrica Brasileira, como parte integrante das lutas antimanicomiais. Além de tentar trazer as resistências do cuidado em liberdade propalado pela atenção psicossocial e as lutas antimanicomiais, a partir do suleamento do cuidado como uma tecnologia ancentral em vez de lugar da produção estrutural do sofrimento psíquico.

Dentre os achados desse itinerário de pesquisa, pontuamos que no capítulo I, intitulado “*Colonialismo, Escravismo e patriarcado na formação sócio-histórica Brasileira*” que resgata as insurgências negras diante da opressão de gênero, classe e raça sofrida pelas mulheres negras e suas estratégias de proteção autogestada

(Costa,2020). Podemos destacar os quilombos como formas de proteção em coletivo (Henriques,2021), os curaderismos trazidos por (Pimenta,1998) as relações entre as famílias escravizadas (Reis,2021) e o advento do racismo científico (Schwartz,1999).

Além disso, também investigamos e revisitamos o processo da transição do modo de produção escravista para o capitalismo dependente (Maurini,2017), pontuando a superexploração da mulher negra entendendo o trabalho doméstico enquanto um trabalho não remunerado explorado (Scheffer,2016).

Enfatizamos a produção estrutural do sofrimento psíquico a partir de um estudo interseccional (Akotirene,2019) e como se correlacionam em impedir a produção da maternagem negra (Fonseca,2021), que fora muito bem resgatada através da ancestralidade matrilinear negra no candomblé e sua contribuição para a fomentação de vida em vida, apoio mútuo, cultura, música e solidariedade étnico-racial dos terreiros (Theodoro,2019).

Por outro lado, também pontuamos que no Capítulo II intitulado “*A luta antimanicomial e mulheres negras: quem sustenta o cuidado e o autocuidado em liberdade?*”, entendemos que o processo de manicomialização extramuros aos corpos negros (Passos,2018) adquirida, advém também da história da Psiquiatria Brasileira como parte atuante da permanência da lógica colonial após abolição, tendo como impulsionamento o racismo científico pactuado entre os intelectuais da branquitude, como também permanência do contrato racial (Mills,2014)

Alem disso, tentamos destacar a lógica colonial europeia, baseada na superioridade de raça e dominação sobre outras, aplicada também nas instituições, como por exemplo nos manicômios. Em achados (Passos,2017) enfatizou o trabalho realizado por mulheres negras, sem necessidade de formação no cuidado das pessoas nesses espaços expressando a subalternização desse trabalho precarizado desde o século XIX. Enquanto na pesquisa de (Costa,2021) é relatado a respeito dos principais personagens para a introdução das ideias higienistas e eugenista no Brasil, e seus impactos para a sociedade.

Também entendemos a importância da Dona Ivone Lara enquanto referência do cuidado (Passos; Moraes,2021) que além da bagagem profissional, tinha como referência o aspecto cultural e ancestral a qual estava inserida com a musicalidade adquirida das rodas de samba e do candomblé, sendo dessa forma revolucionária

juntamente a Nilse da Silveira na promoção do cuidado e do autocuidado de formas que difeririam das torturas dos manicômios (Scheffer,2016).

Ademais, após as lutas dos movimentos e com a instituída Reforma Psiquiátrica através da Lei nº. 10.216/2001 esse trabalho teve como objeto incentivar ao diálogo para entendermos para quem será responsável o cuidado em liberdade? E como a individualização desse cuidado sem assistência e remuneração, prejudica e adocece a quem o exerce.

Para isso, trouxemos dados étnico/raciais, entre eles, do GTI (2024) do MPT(2024), do Pnad-c do IBGE (2019), da nota informativa N° 1/2023 MDS/SNCF e da (Passos, 2017) relacionado não só o perfil de quem exerce o trabalho doméstico e do cuidado, como as disparidades em ocupação de setores e espaços. Ademais, também como base inserimos relatos de experiência, enquanto graduanda que atuou na área da saúde mental. Com isso, apesar de ainda não instituído, a Política Nacional do Cuidado no território brasileiro deve ter como premissa a participação civil visando a diminuição das desigualdades sociais e raciais que impõe o cuidado como um encargo em vez da sua potencialização como tecnologia ancestral de organização coletiva e política de uma nação.

Esse debate é importante para a construção da politização do cuidado e sua colocação na agenda pública com a destinação de recursos financeiros para a execução das redes de suporte do cuidado para as mulheres negras cuidadoras de pessoas com sofrimento /adoecimento psíquico. Enquanto graduanda, percebi que apenas tive discussão de tal tema, quando me inseri no estágio e extensão em saúde mental. Logo, com este trabalho também espero que se amplifique a produção de trabalhos e se construam melhores alternativas coletivas e econômicas que impactem a problemática do trabalho não remunerado feminino negro, tendo como consequências o adoecimento físico e psíquico.

Pois também, compreendo e reconheço que não consegui responder todas as perguntas acerca da questão levantada, como quem cuida de quem cuida? E de que forma esse cuidado de forma pratica coletiva pode ocorrer? E quais obstáculos eles podem enfrentar, considerando a realidade social? E se, contudo, pude fomentar uma provocação, da qual seguirei na minha trajetória futura acadêmica. Dito tudo isso, é possível entender que a partir de uma análise histórica, econômica e cultural, que o trabalho do cuidado é apresentado como uma obrigação e que é imposto às mulheres

desde os tempos antigos, reforçada pela ideia de que é uma característica natural e inerente ao gênero feminino.

Porém, numa perspectiva ancestral matrilinear esse cuidado pode ser um lugar de potência, organização social e política das populações negras, que resistiram em conjunto no decorrer da história brasileira em detrimento das violações de direitos e desumanização fomentada pela branquitude europeia colonial. Ainda assim, ao proporcionar o cuidado enquanto comunidade também se viabilizou o autocuidado.

“Quem sabe os nossos Orixás que são Humanos e Deuses descrevam para esse escritor outras e outras fomes, aumentando assim, mais ainda, a perplexidade dele. Penso em Dorvi a todo o momento. Ele é para mim um presente incompleto e um futuro vazio. Provavelmente Dorvi não virá mais. Ele que tinha um trato de viver fincado nesta fala desejo: — A gente combinamos de não morrer...”

A gente combinamos de não morrer – Conceição Evaristo.

Contudo, esse discurso da obrigação de cuidar que vem da estruturação do capitalismo e machismo, cria uma pressão social e moral sobre as mulheres, que muitas vezes se sentem culpadas por não cumprirem com esse papel esperado. Além disso, o cuidado é frequentemente visto como uma tarefa menor e desvalorizada, o que contribui para a sua invisibilização e subvalorização na sociedade. Durante este trabalho também tentamos abordar como essa lógica de culpabilização afeta a vida das mulheres, sobretudo mulheres negras, sobrecarregando-as e limitando suas escolhas e oportunidades.

Ao longo da pesquisa, pontuamos e discutimos o papel da mulher cuidadora na sociedade brasileira, destacando os desafios e demandas enfrentados por essas mulheres, tais como o acúmulo de tarefas domésticas e cuidados com familiares. Ademais, e também tentamos abordar os aspectos psicológicos e sociais que podem contribuir para o surgimento de adoecimentos causadas pela sobrecarga física e emocional.

O sofrimento psíquico é uma realidade presente em grande parte da população brasileira, sendo muitas vezes causado por questões estruturais como a concentração de renda, desemprego, falta de acesso à terra e ou moradia. A partir da observação participativa no projeto mulheres cuidadoras pude compreender que é necessário um

amplo apoio e suporte social, que possa auxiliar as pessoas a lidarem com suas dificuldades emocionais. Nesse contexto, os grupos de apoio surgem como uma alternativa, que permite a troca de experiências e a construção de uma rede de solidariedade entre os participantes.

No entanto, é preciso que esses grupos estejam disponíveis em maior quantidade e abrangência, oferecendo suporte em diferentes locais e horários, para que possam atender a um maior número de pessoas. Além disso, é fundamental que haja uma maior divulgação sobre a existência desses grupos, para que as pessoas que necessitam de suporte possam ter acesso a eles.

Outro ponto importante é a realização de assembleias, que são encontros em que os participantes dos grupos de apoio podem discutir e propor novas estratégias para lidar com seus problemas psíquicos. Essas assembleias são espaços de escuta e diálogo que permitem a construção de novos vínculos e o fortalecimento da rede de apoio.

Além disso, nessas formas alternativas de cuidar de quem cuida de forma coletiva podemos pontuar como promoção da ideia de aldeiar o cuidado em saúde mental que propõem uma mudança no paradigma de tratamento nessa área, que tem costume de ser centrado no modelo biomédico e hospitalocêntrico. Ao produzir o cuidado enquanto comunitário, propõe-se uma abordagem que valorize a pessoa em sua totalidade, considerando suas dimensões físicas, psicológicas, territoriais e sociais

Contudo, ainda que essas alternativas sejam uma maneira de minorar o sofrimento de mulheres cuidadoras negras, também é necessário reconhecer as fragilidades das políticas públicas no que se refere as mulheres cuidadoras negras, principalmente no campo da saúde mental. Dessa forma, é preciso que diante do reconhecimento do trabalho doméstico e do cuidado, enquanto um trabalho invisibilizado, os projetos e articulações que virão a ser construídas para a instituição da Políticas Nacional do Cuidado, sejam pautadas pelo o respeito à diversidade cultural e pelo o fortalecimento das práticas comunitárias, publicizando e dando visibilidade às mulheres negras no exercício do cuidado em liberdade.

Sendo fundamental uma agenda política do cuidado, enquanto uma sociedade política e civil, pois ao analisarmos a história das políticas públicas que como pontuamos na pesquisa que teve ligações eugenistas (Costa,2021) percebemos que a atuação de mulheres negras nesses espaços de decisão e elaboração de políticas

públicas foram excluídas, o que impacta diretamente em sua própria saúde e no cuidado de suas famílias e comunidades.

E apesar de alguns avanços através de políticas afirmativas e promoção dos direitos das mulheres e da população negra no Brasil, ainda há uma grande lacuna na participação política e na tomada de decisão desses grupos. As mulheres negras estão subrepresentadas nos espaços de poder e suas demandas e necessidades não são devidamente conhecidas e atendidas pelas políticas públicas.

Como aponta o (Correio brasiliense, 2023) que ao observar os dados do IBGE de 2019, expressam que pretos e pardos representam 56% da população brasileira e ocupam menos de 30% de cargos de gerências nas empresas brasileiras. Além disso, também apontam que de acordo com a radiografia racial da eleição de 2022 para os parlamentos estaduais e federais, o Brasil elegeu 517 parlamentares autodeclarados negros e isso representa 32,3% dos deputados federais, estaduais e senadores que assumiram os mandatos em 2023.

Portanto, é fundamental que as demandas das mulheres negras sejam escutadas e consideradas na elaboração da Política Nacional de Cuidado. E somente com controle social e participação dos movimentos negros e movimentos de mulheres negras será possível construir uma política do cuidado mais inclusiva e ampliada, que reflita as necessidades e realidades dessa parcela da população que tem sido historicamente marginalizada e invisibilizada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Miguel caldas de. Política de saúde mental no Brasil: o que está em jogo nas mudanças em curso. **Cad. Saúde Pública** 2019; 35(11):e00129519. Disponível em: doi: 10.1590/0102-311X00129519. Acesso em, 22 abril de 2014.
- ALVES, Chico. **Katiúscia Ribeiro explica o ‘mulherismo africana’: ‘Proposta Emancipadora’**. Portal Geledés. 7 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/katiuscia-ribeiro-explica-o-mulherismo-africana-proposta-emancipadora/>.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 34, Número 1, janeiro/abril 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial; 2013.
- ASSIS, Machado de. **O Alienista**. 1979.
- ASSIS, Machado de. **Relíquias da casa velha**, Rio de Janeiro: Garnier, 1906.
- BEHRING, Elaine. **Crise do capital, fundo público e valor**. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (org.) **Capitalismo em Crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL, **Cristina índio do**. **História de Tia Ciata reforça resistência cultural do povo preto**. Brasil de Fato. 13/01/2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/13/historia-de-tia-ciata-reforca-resistencia-cultural-do-povo-preto>. Acesso em, 10 de maio de 2024.
- CARRARO, Dilceane; ROCHA, Mirella. **O Estado na formação social brasileira: violência como método de construção das relações sociais**. In: Jaqueline Carvalho Quadrado. (Org.). **Políticas públicas, desigualdades sociais e marcadores sociais da diferença**. 1ed.São Borja: UNIPAMPA, 2021, v., p. 13-35.
- CARVALHO Araújo, Laína Jennifer; Goulart Joazeiro, Edna Maria. Saúde mental em tempos de crise: desafios da e na atualidade. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 26, núm. 1, 2022, Enero-Junio, pp. 425-441.
- CEPAL E ONU MULHERES. **Rumo à construção de sistemas integrais de cuidados na América Latina e no Caribe: elementos para sua implementação**. 2021. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/12/rumo_construcao_sistemas_integrais_cuidados.pdf.
- COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política Social brasileira. **REVISTA EM PAUTA**, Rio de Janeiro _2º Semestre de 2020 – n. 46, v. 18, p. 68 – 84.
- _____. **Política Social, Serviço Social e Eugenia: reflexões para o século XXI**. Disponível em: EURICO, Márcia (et al. Orgs). **Coletânea Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. Papel Social: São Paulo, 2021.
- COSTA, Jurandir Freire Costa. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Xenon Editora, 1989.

COSTA, Maria Izabel Sanches; LOTTA, Gabriela Spanghero. De “doentes mentais” a “cidadãos”: análise histórica da construção das categorias políticas na saúde mental no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(Supl. 2):3467-3479, 2021. Disponível em: DOI: 10.1590/1413-81232021269.2.22712019. Acesso em, 16 de abril 2024.

CUEVA, A. “**A fluida conjuntura da América Latina**”. In: O desenvolvimento do Capitalismo na América Latina. São Paulo, Global Editora, 1983, pp. 13-22.

CUEVA, A. “**Problemas e tendências atuais**”. In: O desenvolvimento do Capitalismo na América Latina. São Paulo, Global Editora, 1983, p. 197- 212

DAVIS, Ângela Yvone. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DATASENADO. **Pesquisa de opinião para a elaboração da proposta da Política Nacional do Cuidado**. Março,2022.

DJATA, Bininba. **Mulherismo africana: uma ruptura epistemológica de conceito de gênero eurocêntrica**. TCC (Graduação) - Curso de Sociologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção-Ceará, 2023.

ELEOTÉRIO, Monique Britto. “**Iyá**”: **significados da maternidade numa perspectiva interseccional e autoetnográfica**. Graduação (Bacharel em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. P.86. 2023.

EVARISTO, Conceição. **A gente combinamos de não morrer**. In.: Olhos d’Água. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

FAGUNDES. Gustavo. Relações raciais no Brasil e a Superexploração da força de trabalho: Apontamentos e um breve diálogo. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, nº 14, 01-20, e021015, 2021. Disponível em:DOI10.20396/cemarx.v14i00.15146. Acesso em 5 dez 2023.

FANON, Frantz.**Pele negra, máscaras brancas** / Frantz FANON; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.p. 194

FONSECA, Lucimar. **A liderança feminina no espaço do terreiro de Candomblé da Bahia como estratégia de luta, resistência e amor. No combate ao racismo, preconceito e intolerância religiosa no âmbito escolar**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional), Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. p. 137. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIACOMINI, E.M. **Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOMES, Débora Ferraz. **Nei conservadorismo, Familismo e Saúde mental**. Graduação (Bacharel em Serviço Social), Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana. p. 85. 2024.

GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 201 a 236, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6809>. Acesso em, 10 de maio 2024.

GOMEZ, Caio. **Artigo: Representatividade negra nos espaços de poder e de decisão.** Correio Brasiliense. 04/03/2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2023/03/5077841-artigo-representatividade-negra-nos-espacos-de-poder-e-de-decisao.html>. Acesso em: 10 Jun, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Mulher negra; Democracia racial? Nada disso! Mulher negra, essa Quilombola.** In: Primavera para as rosas negras (Coletânea de textos de Lélia organizados pela UCPA). São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GUEDES, Aline. **Geração nem-nem já soma 11 milhões de jovens.** Agência Senado. 23/10/2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/geracao-nem-nem-ja-soma-11-milhoes-de-jovens#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20jovens%20que,afirmam%20especialistas%20dedicados%20%C3%A0%20quest%C3%A3o>. Acesso em, 19 de maio de 2024.

HENRIQUES, Cibele. **Racismo colonial: trabalho e formação profissional / Cibele Henriques.** – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher: Mulheres negras e feminismo.** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

KFOURI, Nadir Gouvêa. O ensino e a prática do Serviço Social de Casos em face do espírito cristão. **Serviço Social.** São Paulo, nº 78, 1956.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Lei da Reforma Psiquiátrica nº **10.216**, de 6 de abril de 2001. Legislação em Saúde Mental. Ministério da Saúde. Brasília - DF.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. Artigos • **Ciência & saúde coletiva** 12 (2) • Abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200016>. Acesso em 18 mar 2024.

MACEDO, A.C.; MOREIRA, J.I.S. Serviço Social na Previdência: Gênese, desenvolvimento, e perspectivas contemporâneas. **SER Social**, [S.l.], V. 19, n.40, p.31-48, 2017. DOI:10.26512/ser_social.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARX, K. **O Capital – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, A. C. D. Eco e memória: “Vozes-Mulheres”, de Conceição Evaristo. **Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 113–122, 2009. DOI: 10.5433/1678-2054.2009v17p113. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/terraroxa/article/view/24993>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1997.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. **Lançamento do GTI para elaboração da política Nacional de Cuidados**. Governo Federal Brasil. 2024.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. **Nota Informativa nº 1/2023 MDS/SNCF**. As mulheres negras no trabalho de cuidado. Brasília. Março de 2023.

MOREIRA, N. R. A. **A presença das compositoras no samba carioca: um estudo sobre Teresa Cristina**. Doutorado em sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. Editora Anita Garibaldi. São Paulo. 2014.

MPT. **Cartilha: Trabalho, Gênero e cuidado**. Brasília. 2024.

NETO, Nelson Nei Granato. **Exército Industrial de Reserva: Conceito e Mensuração**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico). Ciências sociais aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64** / José Paulo Netto. – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A Divisão Sociossexual e Racial do Trabalho no cenário de Epidemia do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno CRH**, Salvador, v. 33, p. 1-9, e020029, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.36118>>. Acesso em 1 maio, 2024.

NUNES, Camila. **O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e os desafios na prática profissional**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis. 2017.

Oyěwùmí, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero/ Oyèrónkẹ Oyěwùmí; tradução wanderson flor do nascimento**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAIXÃO, Marcelo; THEODORO, Mário. ... para depois dividir: notas sobre Reforma Previdenciária e assimetrias raciais no Brasil. **Revista Em Pauta**, 45, 2020. Disponível em: Doi: <https://doi.org/10.12957/rep.2020.47220>. Acesso em, 14 de abril de 2024.

PASSOS, Rachel Gouveia. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **Revista O Social em Questão** - Ano XX - nº 38 - Mai a Ago/2017. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=533&sid=53>. Acesso em, 2 de junho de 2024.

_____. **Holocausto ou Navio Negroiro?**: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22, set. /dez. 2018. ISSN 2176-9575. Disponível em: <https://10.18315/argumentum.v10i3.21483>. Acesso em, 1 maio de 2024.

_____. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **REVISTA EM PAUTA**, Rio de Janeiro _1o Semestre de 2020 – n. 45, v. 18, p. 116 – 129. Disponível em:< DOI: 10.12957/REP.2020.47219>. Acesso em 14 dez 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia; MORAES, Andressa da Silva de. **Racismo, subjetividades e saúde mental: O pioneirismo negro**. Cap. 5: “entre os sambas, os bambas e a loucura”: o discreto protagonismo de D. Ivone Lara na saúde mental. Hucitec Editora. 2021

PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28) / Bleeders and healers in Brazil (1808-28). **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. V (2): 349-72, jul.-out. 1998. Disponível:https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000200005. Acesso em: 14 Dez 2023.

QUIJANO, Aníbal.**Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires:Clacso, 2005.Disponível em:http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 20 de out, 2023.

REIS, Carlos Henrique Alves dos. **A família escrava e o parentesco espiritual: o apadrinhamento em Viamão do século XVIII**. 2018. 45 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

REIS, I. C. F. dos. **Breves reflexões acerca da historiografia sobre a família negra na Sociedade escravista brasileira oitocentista**. 2010.

_____. **RESOLUÇÃO CFESS N° 1.054**, de 14 de novembro de 2023. Disponível em:https://www.cfess.org.br/arquivos/1054-2023-1.pdf. Acesso 20 de maio de 2024.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade/ Lucia Cristina dos Santos Rosa, Ivana Carla Garcia Pereira, José Augusto Bisneto: Eduardo Mourão Vasconcelos (org). – 2d.– São Paulo: Cortez, 2002.**

SAFFIOTI, Heleieth. **“Rearticulando gênero e classe social”**. In: Costa, A. O. Bruschini, C. (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010b.

SANTOS, Fernanda Barros dos; PIVERO, P. Geopolítica da Colonialidade e Identidade Negra: Representações no uso da força Estatal. **Revista Trabalho Política e Sociedade**, v. 6, p. 339-358, 2021.

SANTOS, Patrícia. **Tia Ciata, a matriarca do samba carioca no Brasil**. Alma preta. 22/12/2023.Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cultura/tia-ciata-a-matriarca-do-samba-carioca-no-brasil/. Acesso em 10 de maio de 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças; Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUMAN, Lia vainer; MELO, Willamys da Costa. **Supremacia branca à brasileira**. Nacla. 17 de junho de 2022. Disponível em:<https://nacla.org/supremacia-branca-brasil>.

SCHEFFER, Graziela. Serviço Social e Dona Ivone Lara: O lado negro e laico da nossa história profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 476-495, set./dez. 2016. Disponível em:<https://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.081>. Acesso em, 1 maio de 2024.

SOCORRO, Jeferson et al. **Rasuras epistêmicas das (est) éticas negras contemporâneas Seminário Rasuras 2017/ Tradução e afrodiásporicidade: uma abordagem interseccional do processo de tradução de textualidades negro afrodiáspóricas**— Salvador: Edição Organismo e Grupo Rasuras, 2020. 457 p

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência — mulheres pobres e ordem urbana: 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros Ensaio**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TESOURO TRANSPARENTE. **O que é dívida pública? Qual é o seu papel?** Gov. Junho de 2015. Disponível em:<https://www.tesourotransparente.gov.br/videos/a-divida-em-videos/2-o-que-e-a-divida-publica.pdf>. Acesso em, 22 de abril de 2024.

THEODORO, Helena. **Guerreiras do samba. Textos escolhidos de cultura e arte populares**. Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 223-236, 2019. Disponível em: http://www.tecap.uerj.br/pdf/v6/helena_theodoro.pdf. Acesso em, 10 de maio de 2024.

TONIOLO, Charles. **Sigilo profissional e Serviço Social: fundamentos políticos e regulamentação ética**. 2020

TRUTH, Sojourner. **“E eu não sou uma mulher?”** [Júlio Silveira; Carla Cardoso]. Imã Editorial. 1º Edição, 2020.

5º CNSM. **A Política de Saúde Mental como Direito: pela defesa do cuidado em liberdade, rumo a avanços e garantia dos serviços de atenção psicossocial no SUS**. Conselho Nacional de saúde. 11 a 14 de dez 2023.

_____. **70 anos do Serviço Social na previdência: luta pela efetivação da seguridade social no Brasil** (por Maria Lucia Lopes da Silva). In: CFESS. 2º Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência Social: 70 anos Serviço Social na Previdência. Brasília (DF), 2015. Pp. 83-112.